



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 57ª
(QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 24 DE JUNHO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 53ª Sessão Ordinária;
- Ata da 54ª Sessão Ordinária;
- Ata da 14ª Sessão Extraordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Eu acabei de receber a informação aqui do Secretário...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Ah, é você que vai dizer? Então, eu não posso falar. Está bem.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, minha questão de ordem é com base no art. 109, § 8º, do Regimento Interno.

Quero declarar a minha obstrução hoje aos projetos do Governo tendo em vista que, na última quinta-feira, a Agência de Fiscalização do Distrito Federal lacrou uma igreja da comunidade evangélica Sara Nossa Terra no Paranoá pelo argumento de que ela não tem alvará de funcionamento. Eu quero que digam qual é o estabelecimento no Paranoá que tem alvará de funcionamento.

Então, até que se resolva isso, declaro, com base no art. 109, § 8º, do Regimento Interno, que estou em obstrução.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Falo em solidariedade ao Líder Deputado Rodrigo Delmasso e também em respeito a todas as religiões, já que nós somos um País laico, e a base é o respeito. Eu acho que há falta de habilidade desse governo, falta de sensibilidade, principalmente com todas as igrejas. Eu sou católico, como V.Exa. – temos audiência no dia 12, em homenagem a Nossa Senhora Aparecida. Então, em respeito a tudo isso em que nós acreditamos, eu também me coloco em obstrução. Não voto nenhum projeto até que essa situação seja revista.

A segunda coisa, Sra. Presidente, que eu gostaria de pedir, já que existem várias pessoas que estão desde 1h da tarde lá fora em assembleia, é que seja autorizado o acesso delas para que a gente possa começar os trabalhos, inclusive dando-lhes satisfação sobre o que elas estão pleiteando.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Já foi aberto o acesso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Quero só pedir a leitura do Expediente que está sobre a mesa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Em solidariedade ao Deputado Rodrigo Delmasso, também estou em obstrução em relação aos projetos do governo.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Peço a V.Exa. que, se puder, inclua na pauta de hoje o Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2014, que trata de conceder título de Cidadão Honorário. Se houver condição, eu peço para V.Exa. fazer isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Acato e o incluo na pauta.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu propus já há algum tempo, e sei que foi votado ontem na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, em sede de um crédito, o remanejamento de uma emenda para que se ilumine aquele trecho da UnB que vai do *campus* até a L2. Aquele tem sido, lamentavelmente, um lugar de muitos crimes, muita perseguição, muito receio de toda a comunidade universitária. A iluminação é um grande passo antes da polícia.

Então, eu queria que V.Exa. examinasse a possibilidade de colocar o Projeto de Lei nº 474, de 2015, na Ordem do Dia. Peço a compreensão do Líder do Governo, com quem eu já tinha falado na semana passada acerca desse mesmo crédito. Também tinha conversado detidamente com o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que o priorizou ontem, por sinal, e gostaria muito que V.Exa. o pusesse em pauta. É o Projeto de Lei nº 474, de 2015, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado, eu lhe dou a resposta daqui a pouco, depois que a Presidente assumir aqui, para saber o que foi acordado na reunião de Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

(Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidenta, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu gostaria que a assessoria encaminhasse para votação no plenário – eu não tive nenhum projeto de decreto legislativo sobre título de Cidadão Honorário – os Projetos de Decreto Legislativo nº 272, de 2014; nº 274, de 2014; e nº 13, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – De acordo, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Agradeço, então, Sra. Presidenta.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, eu creio que um dos principais assuntos na tarde de hoje...

O som está ruim. Vamos ver se o pessoal conserta.

Sra. Presidenta, peço que conte meu tempo só a partir do momento em que ajustarem o som, que está muito ruim. (Pausa.)

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidenta, Deputada Celina Leão, o Deputado Julio Cesar quer pedir a palavra, depois V.Exa. conta o meu tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Antes de passar a palavra ao Deputado Julio Cesar, gostaria de saudar todos os trabalhadores da Caesb, da CEB, vocês são muito bem-vindos. O nosso intuito hoje realmente é de pedir que o Governador do Distrito Federal retire esse projeto da Câmara Legislativa.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente, Deputados aqui presentes, servidores da Caesb, da CEB que aqui estão, quero dizer que, neste momento, em contato com o nosso Governador Rodrigo Rollemberg, nós estamos retirando de pauta o Projeto de Lei nº 467, de 2015, que dispõe sobre a venda das ações.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Eu quero agradecer a compreensão dos Líderes, do Deputado Wellington Luiz, e de todos os Deputados – Deputado Chico Vigilante, nossa Presidente, Deputada Celina Leão, Deputado Agaciel Maia, Deputado Prof. Israel, Deputado Wasny de Roure, Deputado Rafael Prudente, Deputado Ricardo Vale, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputada Luzia de Paula, Deputada Liliane Roriz, todos os Deputados que realmente lutaram para que na tarde de hoje houvesse uma sensibilidade por parte do nosso Governador Rodrigo Rollemberg. Por esse motivo, estamos retirando de pauta o Projeto de Lei nº 467, de 2015, o que mostra que realmente valorizamos os nossos servidores. Estamos retirando da Casa o Projeto de Lei nº 467, de 2015 – quero deixar claro –, ele não será votado, conforme foi combinado no Colégio de Líderes.

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em primeiro lugar, eu quero aqui parabenizar a habilidade do Líder do Governo. Eu acho que ele está buscando uma solução, mas quero deixar bem clara a orientação do nosso bloco.

Quero pedir aqui que seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 467, de 2015, para que os Deputados possam se posicionar e deixar bem claro... (Palmas.)

Eu peço um minuto, pois não podemos deixar de reconhecer o esforço do Líder do Governo. Mas não tenham dúvidas, se o governo deixar o projeto aqui, esta Casa vai dar uma resposta a favor da sociedade.

Por isso, Sra. Presidente, eu gostaria de solicitar que esse projeto continue na pauta e que esta Casa dê uma resposta à população do Distrito Federal.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, essa é uma vitória da cidade. Temos de dar uma resposta para a cidade e para todos os servidores que estão aqui – da CEB, da Caesb e do BRB. Mas isso é muito importante, pois é uma luta dos 24 Deputados, que rejeitam essa proposta do Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Devolvo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro temos de deixar absolutamente claro como funciona o Regimento Interno desta Casa. O projeto é de autoria do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Governador e o Governador está retirando o projeto da Câmara, então ele não existe mais. Ele não existe mais!

Estamos aqui com um requerimento para o qual estávamos pegando a assinatura de todos os Deputados, a fim de pedir a retirada do projeto, mas já foi retirado desta Casa. Então, o projeto não existe mais. Este é um trabalho, Deputado Wasny de Roure, conjunto dos Deputados Distritais, e em especial da nossa bancada.

Eu tenho um compromisso do Líder do Governo e do próprio Governador, que disse que vai chamar o movimento sindical para fazer uma discussão séria a respeito do destino das empresas. Não se pode baixar essas coisas estapafúrdias, de cima para baixo, da maneira como foi feito. Portanto, chame os dirigentes sindicais, discuta com clareza e com franqueza, porque o movimento sindical nunca se negou a fazer nenhum tipo de discussão.

O projeto não existe mais! A força dos servidores derrotou o projeto nesta Casa. Foi a força dos servidores que fez com que o projeto fosse derrotado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, creio que, na realidade, mais do que dos próprios Deputados, esta é uma vitória dos trabalhadores.

O documento distribuído pelo SINDÁGUA, de excelente qualidade – tive a oportunidade de me debruçar neste documento, inclusive o tenho em mãos –, reporta o que aconteceu em alguns países, como também em alguns estados, a crise vivenciada no setor de água e esgoto sobretudo, mas também no de energia elétrica.

Quero cumprimentar a Sra. Presidente, Deputada Celina Leão, e o Líder de Governo, que também trabalhou no sentido de levar o clamor desta Casa. E quero cumprimentar a nossa liderança pela audiência, pela mobilização, pela reunião preparatória que houve no gabinete de V.Exa., da qual também participamos.

Registro aqui o trabalho do SINDÁGUA – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Distrito Federal; do STIU – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal; e do Sindicato dos Bancários, que se mobilizaram, conscientizaram-se e demonstraram a força que possuem.

Deputado Chico Vigilante, está de parabéns cada um dos colegas que se associaram a esta luta, entenderam o clamor dos trabalhadores e fizeram com que o próprio governo retirasse o projeto desta Casa. Isso, por si só, é uma grande vitória dos trabalhadores. Não tenho a menor dúvida disso. Está encerrado e enterrado o projeto do governo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa., até porque V.Exa. foi um dos Deputados que assinou o requerimento que está aqui.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Deputado Chico Vigilante, parabênizo V.Exa. pela propositura de se pedir a retirada, mas seria melhor se tivéssemos votado o projeto, porque esse fantasma, durante o ano inteiro, regimentalmente, não poderia ser apresentado. Mas eu não tiro a maneira louvável de agir do governo e do Líder do Governo quanto à retirada do projeto, porque nós 24 Parlamentares não somos palhaços. Um projeto desse, se vier, vai ser derrubado e, se Deus quiser, por 24 Parlamentares.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Primeiro, Deputado Chico Vigilante, eu não posso deixar de reconhecer o esforço de V.Exa., inclusive sendo autor de um dos requerimentos que ensejou a audiência pública, mas essas pessoas aqui têm que ter consciência de que esse projeto está sendo retirado agora e pode ser um recuo estratégico. O governo pode apresentá-lo novamente. A única possibilidade que temos de impedir é votando e derrotando-o, o que é o anseio dos que estão aqui.

Então, oficialmente esse projeto ainda não...

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Oficialmente, Sra. Presidente, ao que me consta, esse projeto não foi retirado. Eu gostaria de solicitar, como Líder do bloco, que ele seja incluído em pauta, porque não acreditamos neste governo.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, só para ressaltar a importância do trabalho que fizeram o Sindágua, o Sindicato dos Bancários, o Stiu e todos aqueles que tinham interesse na prosperidade das empresas, porque elas pertencem ao povo do Distrito Federal, não pertencem ao governo de plantão.

Então, para ressaltar que eu sou daqueles que não acredito em guias, em heróis – eu acredito na sociedade civil organizada –, dou parabéns aos trabalhadores e trabalhadoras.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, quero também aproveitar este momento para parabenizar todos os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

trabalhadores da CEB, da Caesb, do BRB. Vocês estão de parabéns! Essa conquista é principalmente deles, porque, desde o primeiro momento, quando o governo mandou esse projeto para cá, eles se organizaram, se mobilizaram, estiveram aqui conversando conosco.

Eu me sinto muito feliz também, porque, desde o primeiro momento em que essa matéria chegou aqui, comecei a conversar com os Deputados no sentido de convencer o governo a retirar esse projeto. Só que esse é um passo importante, porque nós temos que continuar agora fortalecendo essas empresas para melhorar as condições dos nossos trabalhadores. Então, é importante que, a partir de agora, a gente comece nesta Casa um novo momento de ajudar os trabalhadores, ajudar essas empresas a serem cada vez mais fortes.

Uma das coisas que devem ser feitas imediatamente é a contratação de servidores concursados que já estão prontos para trabalhar, a contratação de trabalhadores que já estão preparados, prontinhos para ajudar a fortalecer o quadro dessas empresas.

Meus parabéns. A luta continua!

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, primeiro quero dizer que esta vitória é uma vitória dos trabalhadores e do povo do Distrito Federal. A retirada desse projeto de lei é uma vitória de todos aqueles que são apaixonados pela CEB, pela Caesb e pelo BRB, porque quem trabalha nessas empresas, Deputado Wasny de Roure, trabalha por paixão. Está lá porque é apaixonado por essas empresas públicas.

Quero aqui dizer que o Governador Rodrigo Rollemberg, Deputado Bispo Renato Andrade, não pode fazer do Distrito Federal a propaganda do desapega. Isso aqui não é OLX, não, para ele botar na internet e vender para os outros comprarem. Tem que se respeitar o patrimônio do Distrito Federal. Se ele quiser desapegar, que desapegue os móveis da casa dele e bote no OLX!

Obrigado, Deputado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, olha, pode ser um passo, mas eu gostaria que o projeto fosse apresentado para que pudéssemos derrotá-lo aqui no plenário. É disso que eu gostaria. Mas, infelizmente, seja como for, já é um ganho.

Um abraço, gente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte do Deputado Bispo Renato Andrade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Sra. Presidenta, eu quero deixar claro aqui ao Líder do Governo e a todos os Deputados que apoiam o governo que nós somos Oposição. Estamos derrotando o projeto com a sua retirada, mas se ele renascer com outro tipo será derrotado, porque nós não vamos votar a privatização das empresas em hipótese nenhuma. Não vamos aceitar a privatização das empresas. Portanto, esse é o posicionamento nosso.

Dito isso, Sra. Presidenta, eu quero falar de um tema de que a cidade inteira está falando hoje, que é a questão das escutas da chamada arapongagem lá do Palácio do Buriti.

Quero dizer aos Deputados que estão citados na gravação que eles têm a minha inteira solidariedade. Acho que é uma coisa malfeita, um crime, porque ninguém tem o direito de gravar, muito menos divulgar clandestinamente as conversas que são gravadas.

Portanto, os companheiros têm a minha solidariedade. Esse tipo de prática tem de ser varrida do Distrito Federal. Nós não podemos aceitar isso em nenhuma hipótese. Esse é o nosso posicionamento.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra, pela Liderança do Bloco Sustentabilidade, Trabalho e Solidariedade, ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Antes, porém, eu quero aproveitar a presença de todos os servidores que estão no plenário e fazer uma retrospectiva sobre a atuação desta Casa Legislativa. Inclusive, em uma audiência pública que nós fizemos, conseguimos o registro de treze Parlamentares. Naquela ocasião nós já pedíamos a retirada do projeto.

Eu acho que a velha política é você ir a uma empresa pública e prometer que não vai vender o Estado, e depois descumprir totalmente o que você prometeu. Isso é a velha política! Vender as ações da CEB, Caesb, BRB, com a crise em que o GDF está, significa colocar essas empresas que são saudáveis – eu acabei de receber um relatório aqui da Caesb – e afundá-las na lama em que hoje se encontra o Governo do Distrito Federal.

Quero agradecer a atuação do Deputado Julio Cesar, porque na reunião do Colégio de Líderes nós ficamos divididos, muitos Deputados queriam votar pela reprovação do projeto e muitos acharam que o Governador, em um gesto de grandeza, deveria retirar o projeto.

Então, durante esta sessão, ficou combinado que o Governador traga o ofício durante o nosso pronunciamento para a retirada do projeto. Porque, quando terminarmos a fala dos Parlamentares, se o ofício não estiver aqui, nós iremos votar e derrotar o projeto.

(Manifestação da galeria.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade, Trabalho e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhoras e senhores. Boa tarde, Sra. Exma. Presidente.

Sra. Presidente, três audiências públicas foram realizadas nesta Casa, e eu estive presente em duas delas, a respeito dessa questão das privatizações das empresas. Repito, enfaticamente, em nome do Partido Democrático Trabalhista, dos quais fazem parte, eu, o Deputado Joe Valle e a Deputada Celina Leão, que nós votaremos contra qualquer tentativa de privatização das empresas públicas, da forma como foi apresentada. Em honra à memória de Leonel Brizola, nós não admitiremos privatização das empresas.

Aproveito também esse momento para me solidarizar com todos aqueles que foram vítimas da chamada arapongagem. Provavelmente ainda apareça o meu áudio, Deputado Rafael Prudente, porque eu também estava lá naquela reunião. Houve aí uma quebra de honra, houve uma quebra de confiança. E, acima de tudo, foi um desrespeito às estruturas republicanas. Espero ainda que o Governador venha a público se retratar oficialmente sobre o que aconteceu.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso, pela Liderança do Bloco Amor por Brasília.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais servidores da CEB, da Caesb, do BRB, em primeiro lugar, eu quero falar que a retirada desse projeto pelo governo só se deu pela mobilização dos servidores dessas empresas públicas que, como eu disse no aparte ao Deputado Chico Vigilante, amam o Distrito Federal, amam essas empresas e não iriam aceitar que fossem vendidas a capital privado que só quer o lucro pelo lucro, acabando com essas empresas no Distrito Federal.

Nas audiências feitas aqui, Deputado Chico Vigilante, nós usamos exemplos como o da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, em São Paulo, que foi vendida e mesmo assim não se evitou a crise hídrica. Lá em São Paulo, a maior crise hídrica do Brasil se deu com uma empresa que foi vendida, cujo capital foi aberto. Mesmo com a abertura do seu capital, não se impediu que a crise hídrica batesse no Estado de São Paulo.

Eu quero pedir uma salva de palmas para vocês servidores da CEB, da Caesb, do BRB, das empresas públicas que fizeram com que esse projeto fosse retirado. Se o Governador não retirar, nós vamos derrubar no plenário, para dizer



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

que esta Casa é a Casa do Povo e não vai ser tutelada por ninguém. Esta Casa representa as vontades do povo do Distrito Federal.

Também quero dizer o seguinte: o fato lamentável...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu queria chamar a atenção a algo na sua fala e corroborar isso com o que tem o documento do Sindágua, quando eles fazem uma menção... permita-me ler. Isto é de uma tese de doutorado do Professor Thiago Guedes de Oliveira sobre a venda da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA. Olha o que é dito, só isto responde: “Embora ainda seja controlada pelo governo, seu principal acionista, a Copasa passou a ignorar o seu caráter público e o seu papel fundamental como instrumento do Estado na viabilização e na efetivação das políticas de saneamento com vistas à universalização e à melhoria de qualidade dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, inclusive nas zonas rurais pouco povoadas e em pequenas localidades deficitárias por um custo acessível a todos”. Quero, neste documento, corroborar com a citação constante de uma tese de doutorado sobre o efeito do processo de perda das ações, ainda que mantendo o controle, e sobre o que isso representa numa empresa de saneamento.

Portanto, é claro que aqui se diferencia naturalmente de outras atividades públicas que temos, que não necessariamente têm essa envergadura de serviço público à sociedade – como energia, água e serviço bancário. Neste caso, o BRB, sobrevivente de toda essa crise do sistema financeiro brasileiro. Muito obrigado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado, eu queria completar sua fala. Eu acho que não tem jeito de falarmos destes momentos que estamos vivendo hoje se não pensarmos um pouco no passado. Eu tenho que lembrar do meu pai. Por que eu tenho que lembrar do meu pai? Porque quando ele assumiu o governo, duas empresas supostamente estavam quebradas: a Caesb e o BRB.

Naquele momento, ele não abriu mão de ter uma empresa como a Caesb – vender ou privatizar a Caesb –, assim como o BRB. Ele recuperou as empresas, tanto a Caesb quanto o BRB, que ficaram empresas sustentáveis.

A Caesb, até pouco tempo atrás, Sr. Deputado, era referência no País exportando tecnologia. Então, eu acho isto muito importante: relembrar algumas coisas que aconteceram no passado para a gente reviver hoje o que significam a Caesb e as pessoas, os servidores da Caesb que lutaram também para isso. Assim



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

falo do Banco Regional de Brasília, que também foi recuperado, na época em que Roriz era Governador. Eu falo Banco Regional, mas é Banco de Brasília.

Era isso, Sr. Deputado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Agradeço o aparte, Deputada Liliane Roriz. Lembro que, na época da gestão de seu pai, a Caesb começou a fazer uma das maiores obras de saneamento do Centro-Oeste, que foi a construção de Corumbá IV. Era um projeto visionário, ao qual muitos estavam contra naquela época. A CEB fez esse projeto, que hoje é o que está dando sustentação ao Distrito Federal.

Agora eu faço referência ao fato que saiu na imprensa, do Buritileaks ou Buritigate, como quiserem nomear, em que vazaram gravações de uma reunião para a qual – quero deixar bem claro – o Governador do Distrito Federal convidou os Deputados a participarem no seu gabinete, dentro do gabinete no Palácio do Buriti, para discutir projetos e propostas que ele iria encaminhar a esta Casa.

Muitas pessoas questionaram-se em relação a isso, dizendo que os pedidos ali colocados não eram republicanos. Eu quero fazer uma pergunta a todos que estão aqui, inclusive aos servidores. Não é republicano o Deputado solicitar ao Governador que ele peça para o Secretário de Infraestrutura tapar o buraco de uma rua? As pessoas com quem ele anda pediram isso, porque o buraco está aberto há anos, fazendo aniversário, já debutando. Não é republicano o Deputado pedir, Deputada Telma Rufino, que o Governador faça instalação de luz em uma localidade onde não tem luz? Não é republicano ir ao Buriti pedir ao Governador a implantação de linha de ônibus para comunidades que não são atendidas? Isso não é republicano?

O que eu acho mais grave não é o conteúdo dos áudios. Eu estava na reunião e disse – digo no plenário o que eu disse – que o Governador precisava, antes de mandar os projetos para a Câmara Legislativa, chamar a equipe técnica de cada Parlamentar e discutir os projetos. Deputado Agaciel Maia, infelizmente, no início desta legislatura, no início deste ano, os projetos que chegavam do Palácio do Buriti continham até erros de Português, e esta Casa os corrigiu. O que eu disse nessa reunião foi isso. Não tem problema, podem soltar o áudio porque eu não devo nada a ninguém.

Esse ato, uma gravação dentro do gabinete do Governador de estado, não foi numa praça pública, não foi numa reunião externa. Foi dentro do gabinete do Governador do Distrito Federal, Deputado Rafael Prudente, a maior autoridade do DF. No mínimo, a segurança institucional cometeu uma falha grande: deixar uma gravação ocorrer dentro do gabinete do Governador. Isso é um absurdo! Hoje os Deputados estavam lá presentes, amanhã pode ser qualquer um que vá lá pedir, vá fazer uma reunião com o Governador, até os sindicatos que vão pedir coisas com base nas suas categorias podem ser gravados.

A Presidente Deputada Celina Leão já fez um encaminhamento, que nós assinamos, para que a Polícia Civil, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

investiguem, punam, prendam o bandido que fez essa gravação dentro do gabinete do Governador do Distrito Federal.

Eu quero dizer o seguinte: bandido que faz esse tipo de coisa tem que estar na cadeia – na cadeia –, porque quem faz gravação escondida não é transparente. Se for gravar, diga: “Eu vou gravar”. Se falar isso, diga a todos. Ainda mais: esta Casa, Sra. Presidente, precisa ter punho forte, como V.Exa. tem colocado sempre, e investigar o que aconteceu. Investigar! Não vai sobrar pedra sobre pedra. Se foi a, tem que ser punido; se foi b, tem que ser punido. Tem que ser preso quem colocou esse tipo de coisa, quem fez esse tipo de falcatura.

E não é só neste, não! No passado, aconteceram no Distrito Federal arapongagens que não foram investigadas. Têm que ser investigadas. A nova política não permite isso.

Aqui eu digo: nós não estamos na Venezuela, não estamos numa ditadura, em que o poder mais forte vai submergir o poder mais fraco. Nós estamos numa república equilibrada. O Governador precisa, se não tem o conhecimento, não tem nada a ver, convocar a imprensa que está aqui – agora, no Palácio do Buriti – para dizer que não aceita esse tipo de prática. Senão, eu digo: quem cala, consente.

Muito obrigado, Presidente.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, com relação aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 272, de 2014; 274, de 2014; e 13, de 2015, peço que sejam incluídos na Ordem do Dia – estamos nas últimas sessões do semestre – para serem apreciados. São matérias que já estão há bastante tempo nas comissões. Peço o deferimento da Mesa.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Quero anunciar que acaba de chegar o pedido de retirada de tramitação do projeto.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente. Boa tarde a todos.

Quero deixar bem claro, com todo o respeito a todos aqueles que assinaram o pedido de retirada do projeto, que não o assinei porque não concordo. Acho que o projeto tinha que ser votado nesta Casa, e derrotado, para que não houvesse mais qualquer tipo de risco.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Infelizmente, já foi dito pelo Deputado Chico Vigilante, não temos competência para impedir que isso aconteça. Podem ter certeza absoluta, vocês têm nosso compromisso de que, se esse projeto voltar a esta Casa, eu renuncio, se ele não for reprovado. Eu renuncio! O mínimo que esta Casa pode fazer é ter respeito por vocês, já que lamentavelmente o governo se acovardou e retirou o projeto porque sabia que ia ser derrotado. É a única razão.

Não tem problema! Saiu, mas se voltar, vai ser derrotado, podem ter certeza. Parabéns a vocês, que junto conosco encamparam essa briga. Nós não desistimos: se entrar, será derrotado.

Obrigado. Parabéns!

(Manifestação da galeria.)

Sra. Presidente, é óbvio, acho que é dever de ofício de todos os Parlamentares hoje comentar sobre isso. O governo tem pregado por aí que inaugurou a nova política – e deve ter inaugurado mesmo, Presidente –, a política da arapongagem, a política do discurso vazio. Só se for! Tudo isso está acontecendo por pura hipocrisia do governo.

Deputados, falo com muita tranquilidade, eu não estava naquela nem em nenhuma reunião com secretários. Nenhuma! Então, estou muito tranquilo. Mas o que foi feito com os Parlamentares desta Casa é uma covardia. Uma negociação legítima que acontece entre os Poderes em todas as unidades da Federação, por esse governo foi transformada em crime de extorsão, de chantagem. Foi praticada pelo governo. Alguém diz: “Pode ter sido por Deputado”. Se foi, Presidente, tem que ser instaurado aqui um procedimento para cassar o Deputado, porque ele deixou de ser Parlamentar para ser bandido e se igualou aos criminosos. Extorsão é crime.

O que me traz estranheza é: se já tinham esses áudios, se era crime, se os nobres Deputados estavam chantageando o governo, por que não foram à Polícia Civil? Por que não comunicaram o crime? Será, Deputado Delmasso, que estavam esperando o melhor momento para poder chantagear o Parlamento? Será que não estão querendo inverter agora?

No governo passado, eu fui Secretário de Estado. Negocieei espaço de forma clara, transparente. Isso não é crime. Isso não é imoral. Se pegarmos o Estado de Pernambuco, por exemplo, que é governado pelo PSB, de 22 deputados, 5 são secretários estaduais. Há 5 parlamentares, Deputada Liliane Roriz, que estão como secretários. Isso é crime? Não sei onde. Crime é o que ocorreu na sala do Governador. Nós não estamos falando de antessala. Nós não estamos falando de boteco. Nós não estamos falando de padaria, onde houve o faroeste caboclo. Nós estamos falando do gabinete do Governador.

Sou policial com muito orgulho. Trabalhei com homicídios e grampeei o telefone de várias pessoas. Eu tenho orgulho de ter participado da investigação do Sr. José Carlos, que culminou no caso dos Anões do Orçamento. Ajudei a condenar o ex-Deputado Adão Xavier, que foi condenado a quinze anos. Eu o grampeei. Eu não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

minha vida inteira entendi que grampo, Deputado Juarezão, se coloca em bandido, e não em cidadão de bem, não nos representantes do povo. O que fizeram com V.Exa. e com esta Casa foi uma covardia.

Eu espero que o governo tenha noção do que fizeram, porque quebraram uma coisa que, na minha opinião, é irreversível: confiança. Confiança é uma coisa que se ganha e que se perde uma única vez, Deputado Joe Valle. O governo quebrou a confiança. Eu digo e repito: eu só sento lá para conversar com o governo, se for todo mundo de cueca, para eu saber se não estou grampeado. Tem que ser. Na sauna, vai ter que ser, porque o governo não é digno de receber esses Parlamentares.

Não estou aqui individualizando. Não estou dizendo que o Governador tem conhecimento, mas se o Governador não tiver conhecimento, Deputado Rafael Prudente, S.Exa., ainda hoje, Sra. Presidente, tem que vir a público pedir desculpas ao Parlamento e dizer que não concorda com o que aconteceu.

Como disse hoje o Deputado Raimundo Ribeiro, o silêncio de V.Exa. Sr. Governador, é ensurdecador. Desculpe-me, Sr. Deputado, plagiá-lo, mas achei que isso foi de uma dignidade sem tamanho. É isso mesmo. O silêncio do Sr. Governador o condena. Passaram mais de 24 horas, e o nome desta Casa foi jogado na lama, porque Deputados participavam de um processo, processo legítimo, tanto é verdade, que o governo fez. Ou o Sr. Governador não negociou espaço com ninguém? Não negociou, não? Se não negociou, há alguma coisa errada. Alguém negociou no nome dele.

Vários Parlamentares já admitiram que possuem espaço no governo. Faz parte da política, faz parte do processo. Não tem nada de ilegal. Ilegal é grampear Parlamentares, representantes do povo no gabinete do Governador. Isso é crime. E grampearam. Com qual intenção, Deputado Wasny de Roure? Será que era para chantagear? Será que era para negociar o voto futuramente? Na minha opinião, não resta dúvida. Ou o Governador vem e esclarece isso ou, na minha opinião, S.Exa. participou seja por ação ou por omissão, mas participou.

Todo mundo sabe. O próprio Governador Rodrigo Rollemberg sabe, pelo respeito que tenho por ele – e não é pouco, não –, Independentemente da minha condição partidária e ideológica, que sou oposição. Eu já disse isso. Pedi, pelo amor de Deus, que parem de dizer que sou Deputado independente. Sou Deputado de Oposição. Já deixei isso claro. É assim que eu quero ser tratado, com todo o respeito ao Governador Rodrigo Rollemberg.

Sr. Governador, eu sou nascido e fui criado em Brasília. Presidi o Sindicato dos Policiais durante doze anos. Saí de lá direto para esta Casa. Estou no meu segundo mandato. Estou envolvido em política desde menino e eu nunca tinha ouvido sequer falar de arapongagem e, no gabinete do Governador, Deputada Telma Rufino, aí é uma vergonha. É uma vergonha para Brasília, uma vergonha para o Governo do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Nós temos aqui, Sra. Presidente, informações de que ex-secretários – e na hora certa nós vamos dizer nomes – se beneficiaram desde o governo passado, e agora dizem que eram oposição. Isso é legítimo? Isso é legítimo? Isso é criminoso.

O mais criminoso de tudo é a hipocrisia com que o governo trata. Vai para a imprensa dizer que não fatia cargos, mas lá dentro vai negociar. E volto a dizer, é legítimo. Tem que negociar mesmo, é do processo. Não negociou nada comigo. Eu não pedi nada e não me ofereceu nada, porque eu sou Deputado de Oposição, graças a Deus.

Mas esta Casa tem que tomar uma providência. Se não houver, por parte do Executivo, uma resposta, Sra. Presidente, tem que se abrir uma CPI para investigar o que aconteceu. Se foi Deputado, que o casse. Se o Governador soube de tudo isso, nós temos que pensar, inclusive, em cassação. Não é essa a minha intenção, volto a dizer. Não estou aqui pregando isso, mas é necessário que o Governador Rodrigo Rollemberg, pessoa que admiro e respeito por sua trajetória política, venha aqui e faça a sua parte, e diga ao Parlamento e diga à imprensa que ele não tem nada com isso. Que ele se exima da responsabilidade do cometimento de um crime que aconteceu debaixo dos olhos dele, no seu gabinete. Não foi na sua antessala.

Esta Casa não pode se acovardar. Nós não podemos, jamais, admitir, porque isso jamais aconteceu na história, Deputado Wasny de Roure, Deputado Chico Vigilante. Quantos mandatos V.Exas. têm? Alguma vez na história isso foi ouvido, foi visto? Então, se nos calarmos, estaremos consentindo essa prática criminosa por parte do governo.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, V.Exa. falou em CPI. Quando assinei a CPI do Transporte, havia um acordo para haver a CPI da Saúde, incluindo os atos do atual governo também.

Acho que é muito interessante instalarmos essa CPI ou assinar ou votar requerimento para fazer uma instalação após o recesso. Há muita coisa a ser investigada, até mesmo do atual do governo, embora o alvo da investigação seja principal e logicamente o governo anterior.

Eu estou colocando isso porque, quando assinei, ficou muito claro que seriam duas CPIs. Acho que esta Casa deve investigar não só o transporte público, mas também a saúde pública, cuja situação está assolando a sociedade do DF.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, corroboro o que o Deputado Robério Negreiros disse.

Inclusive, ontem estive no Congresso Nacional. Fiz visita ao Presidente da CPI das Próteses no Senado Federal, Senador Magno Malta, e assinei hoje um requerimento a S.Exa. o Deputado Geraldo Rezende, Presidente da CPI da Máfia das Próteses na Câmara dos Deputados, para que encaminhem, Sra. Presidente, as informações para cá.

Não sei se alguns aqui lembram que o *Fantástico* noticiou o crime que estava acontecendo com a venda e a comercialização de órteses e próteses em todo o Brasil. Foram citados o Rio Grande do Sul e, inclusive, casos do Distrito Federal.

Já pedi, Deputado Wellington Luiz e Deputado Robério Negreiros, que o Congresso Nacional encaminhe a esta Casa qualquer tipo de informação que tiver sobre o Distrito Federal para que a gente possa, imediatamente, instalar também a CPI da Saúde Pública do Distrito Federal.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Inclusive, Deputado Wellington Luiz, Deputado Rodrigo Delmasso, Deputada Celina Leão, já foi noticiado e até saiu no Diário Oficial que há em estoque na Secretaria de Saúde do DF compras suspeitas feitas no governo passado e pagas pelo atual governo relacionadas a parafusos e próteses – uma área que eu não domino –, que devem ser investigadas. Por que está lá? Por que comprou? Houve interesse? Houve algo errado?

Acho que deveria, de maneira concomitante, haver duas CPIs importantes para que esta Casa se torne protagonista da sociedade novamente. Muitas mudanças já ocorreram com a gestão da Deputada Celina Leão. Podem falar o que for, mas com o Câmara em Movimento, que leva a Câmara para mais próximo da sociedade, o governo não vai para onde a sociedade está, mas a Câmara vai e ouve o povo durante uma tarde inteira, entrando até pela noite. Houve diversas críticas de que este governo, até o momento, está totalmente inoperante.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado. Sra. Presidente, agradeço mais uma vez.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Eu queria só falar com os Líderes para que possamos, na noite de hoje, votar os dois créditos sobre os quais nós conversamos no Colégio de Líderes. Foi acordado que votaríamos o crédito que contém as emendas dos Deputados novos, os doze, que já foi votado na CEOF, e o crédito da Secretaria de Desenvolvimento Social, que é para pagamento dos asilos de Brasília. Nós combinamos isso no Colégio de Líderes. Então, faço essa solicitação para que incluamos esses dois créditos no dia de hoje.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Aproveitando o gancho do Líder do Governo, o semestre já está acabando, e, até hoje, ainda não foram votados o presidente e o vice-presidente da comissão para análise de PELOs. Solicito que essa matéria seja votada em primeiro plano, após a fala regimental dos Parlamentares e dos Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu concordo plenamente com o discurso do Deputado Wellington Luiz e quero parabenizá-lo também pela condução em toda essa situação, em especial da Caesb. Mas, no meu entendimento, a medida mais inteligente, Deputado Raimundo Ribeiro, Deputado Wasny de Roure, foi a retirada do projeto. A derrota do projeto em si seria boa para a Câmara Legislativa, dada a indignação que nós estamos tendo por essas gravações, mas será que necessariamente seria boa para os servidores? Nós sabemos que o governo, como acionista majoritário da Caesb...

Neste ano mesmo, eu relatei o Projeto de Lei nº 427, que se transformou na Lei nº 5.484, que buscou, por iniciativa do governo, um financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, de 100 milhões de dólares para a Caesb, para modernizar a instituição. Então, a Caesb vai continuar precisando da iniciativa do Executivo para se modernizar, para fazer uma política de salários e valorizar os seus servidores. Um enfrentamento, um desgaste entre a instituição e o governo não é legal, não é bom. Pode ser bom, pois está todo mundo de sangue quente, todo mundo quer derrotar, mas, a longo prazo, não é legal. Se o governo passa a entender que a própria instituição é uma inimiga dele e a Caesb precisa muito...

Estou dizendo isso porque está aqui uma lei que eu relatei neste ano, que destina 100 milhões de dólares, mais de 300 milhões de reais, para melhorar a Caesb. Até fiz um discurso aqui. É paradoxal um governo que quer valorizar, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

quer modernizar uma instituição abrir o seu capital numa quantidade de ações maiores – ele não quer privatizar.

Então, acho que a saída mais inteligente para a Caesb, para os servidores da Caesb foi a retirada, o reconhecimento do governo de que era necessário tirar esse projeto, porque o projeto ia ser derrotado. Se derrotássemos o projeto nas condições em que estava, passaríamos para o governo uma mensagem de que a Caesb não precisa do governo, sendo que ela precisa e muito do governo. Estou dando uma prova disso. Nós precisamos continuar com o governo levantando financiamento para modernizar cada vez mais a Caesb, para fazer política salarial de motivação do seu quadro funcional, valorizar os seus servidores.

Portanto, esse é o pronunciamento que eu queria fazer e já tinha feito aqui em uma audiência pública. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero começar fazendo um agradecimento muito especial ao meu Líder, ao Líder do meu bloco, Deputado Agaciel Maia, que, com sua generosidade peculiar, permite-me usar o espaço dos comunicados da liderança para que eu possa me manifestar sobre dois temas que estão na pauta de hoje.

Primeiro, essa questão da Caesb, CEB e BRB. Parece-me que não faz sentido ficar discutindo aquilo que nós não podemos mudar. Se o governo é o autor do projeto e o retira, como bem disse o Deputado Chico Vigilante, não nos restam maiores discussões. Afinal de contas, é o próprio regimento que estabelece... Agora, eu acho que o que precisa ser tirado disso tudo é uma lição extraordinária, que o povo brasileiro tem feito principalmente desde o dia 17 de junho de 2013. Ou seja, quando a população se mobiliza, quando as pessoas de bem se juntam para defender o seu patrimônio, seja material ou imaterial, aí realmente conseguimos um resultado positivo.

Não resta dúvida de que o que deve ter aberto os olhos do governo foi exatamente a reação dos servidores dessas instituições, da CEB, da Caesb e do BRB. Mas antes tarde do que nunca. O governo, pelo menos, abriu os olhos. Aí, lembro-me, nesse caso específico, daquela velha história em que o sujeito diz assim: “Na minha cidade, todo mundo é homem”. Outro diz: “Na minha, todo mundo é mulher”. Chega um terceiro e diz: “Olha, na minha, metade é homem, metade é mulher, e a gente se dá muito bem”. Quer dizer, é preciso apenas que o governo entenda que ele é parte integrante da sociedade. Ele não é dono da sociedade. Ele não pode impor à sociedade aquilo que ela não quer. Ele tem é que ter a sabedoria de ouvir a sociedade e, a partir daí, construir projetos de consenso para que não aconteça isso que aconteceu nesta Casa nos últimos tempos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Ou seja, o governo viu-se obrigado, impelido pela pressão legítima dos servidores a retirar um projeto. É sinal de que realmente o projeto não era bom, porque, se fosse, certamente teria o apoio dos trabalhadores daquelas instituições. Esse é o primeiro item.

O segundo é realmente essa questão que surgiu de ontem para hoje, ou seja, a questão dos vídeos que, parece-me, foram editados e estão sendo colocados nas redes sociais.

Primeiro, eu entendo que esse ato se reveste de extrema gravidade. Por quê? Qual é o fato? O fato é que diversos Parlamentares foram ao gabinete do Governador do Distrito Federal e conversaram sobre diversos assuntos. Essas conversas foram gravadas por alguém que se encontrava naquela sala. Esse é o fato.

O fato de ser gravado, se houvesse o conhecimento de todos, não teria nenhum tipo de problema. Mas, quando se faz uma gravação clandestina, aí a coisa muda de figura. Por quê? Porque, quando você faz uma gravação clandestina, você está enganando o seu interlocutor, você está guardando informações para depois utilizá-las da forma que melhor lhe aprouver.

Isso aí, meus amigos, é no mínimo uma deslealdade. É muito mais do que isso, Deputado Prof. Israel. A gravação clandestina é criminosa. Vi alguns vídeos e neles ouvi alguns Parlamentares falarem da necessidade de um melhor entrosamento entre o Parlamento e o Poder Executivo. Um outro dizia da necessidade de se tratar de forma igualitária os Deputados que compõem a base aliada. Enfim, vi e ouvi tudo isso, e nenhuma dessas condutas, pelo menos as que até agora tive acesso pela imprensa, configura-se crime. Mas vi crime nesse episódio. O crime que vi foi a gravação clandestina, Deputado Wasny de Roure, que se reveste de uma gravidade maior, porque ela não aconteceu em qualquer lugar, não. Ela aconteceu no coração do poder político do Distrito Federal, que é o gabinete do Governador Rodrigo Rollemberg. Vejam a gravidade disso! Se o Governador não sabia – e tenho certeza de que ele não sabia –, ele, então, também está sendo grampeado dentro do seu gabinete!

DEPUTADO DR. MICHEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Deputado, quero aqui me coadunar com tudo o que V.Exa. está falando. Eu queria que o nosso Governador – ele é de todos nós – falasse em público que nós não cometemos crime nenhum dentro da sala dele, que fomos até lá para uma conversa republicana, em que havia mais de vinte pessoas. Quem quer coagir, cooptar, fazer qualquer tipo de crime, não vai fazer isso dentro de uma sala com mais de vinte pessoas. Eu fui até lá como convidado e, em momento algum, pedi cargo. Em momento algum, falei alguma coisa que não fosse republicana.

Acho que o Governador tem a obrigação, conforme V.Exa. disse, de ir à imprensa e dizer: “Quem convidou para a reunião fui eu e, dentro daquela sala, nada



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

do que ficou gravado foi antirrepublicano.” Se assim não for, vai ficar parecendo que o Governador é cúmplice de quem fez essa cachorrada, de quem cometeu esse crime. Não podemos aceitar que um Governador eleito para fazer a diferença não venha a público falar o que foi dito naquela reunião, que ele convocou. S.Exa. deve esclarecer que, em momento algum, foi constrangido ou que houve pedidos que não fossem republicanos dentro daquela sala, se é que houve pedidos. Da minha parte, o que aconteceu ali dentro foi uma ajuda, porque eu quero que Brasília dê certo. O que falei dentro daquela sala, falo no púlpito, falo na imprensa, falo em qualquer lugar, porque não falo às escondidas. Falei na sala dele porque fui convidado a ir até lá, Deputado, para uma reunião.

Então, eu queria pedir a V.Exa., que tem contanto com o Governador, e também ao Líder de Governo que dissessem a S.Exa. para vir a público dizer o que foi conversado naquela sala. O que não dá é para ficarmos sendo achincalhados por termos participado de uma reunião para a qual fomos convidados.

Não quero aqui, neste momento, plagiar os Mamonas Assassinas, mas eles estavam certos quando diziam “já passaram a mão não sei onde e ainda não fiz nada”. O que está acontecendo é isso. Eu não vou falar aqui, porque seria quebra de decoro, mas todo mundo entendeu a música dos Mamonas Assassinas e eu não sou homem para isso, não. Sou homem para falar aqui, no gabinete dele, em qualquer lugar, de frente para as coisas. Exmo. Sr. Deputado, V.Exa. tem que pedir ao Governador para realmente tirar essa pecha das costas dele. Que ele venha a público e diga o que aconteceu naquela reunião.

Quero, portanto, ombrear-me a sua fala, só pedindo que o Governador venha dizer o que V.Exa. está dizendo.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Incorporo a minha fala a manifestação do Deputado Dr. Michel, porque era o item seguinte que eu iria abordar. A sua veia de delegado falou mais alto e mostra que quem quer praticar qualquer crime, quem quer pedir algo em segredo não o faz em uma sala com vinte, trinta pessoas. Quer dizer, os fatos desmentem a versão. Não é possível que alguém acredite que, se uma pessoa fosse fazer algum tipo de chantagem, ela o faria na presença de vinte, trinta pessoas. Isso não existe.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, V.Exa. tem razão. Na verdade, ouvindo essas coisas que estão no Youtube, chego à conclusão – a Deputada Liliane Roriz foi a primeira que disse isto e faço minhas as palavras dela – de que o que se fez foi uma molecagem. Isso foi coisa de moleque e, se era para tentar proteger o Governador, azedou de vez. É uma coisa tão estapafúrdia, tão malfeita, que fico imaginando quem foi o jegue que teve a ideia. Quem foi o jegue? Quem tiver ajudante desse jeito está mal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Quem tem um amigo desses não precisa de inimigo, não é, Deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, estive ontem com o Governador Rodrigo Rollemberg e realmente ele ficou indignado com essa situação. No mesmo instante, S.Exa. ligou para o Diretor da Polícia Civil, Dr. Eric, que esteve no gabinete dele, e determinou a instauração do inquérito.

Parabenizo V.Exa. por esse discurso. Também estou indignado, porque fui citado como Parlamentar. Não falo como Líder de Governo, mas me sinto prejudicado com isso. Temos que realmente ver quem gravou isso dentro do gabinete do Governador. É um absurdo! Deixo registrado que o Governador já colocou toda a força na investigação, para descobrir quem realmente gravou e divulgou essa fita, com o intuito de prejudicar os Deputados. Nós vamos encontrar o causador disso e expô-lo para toda a sociedade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu só gostaria de fazer um adendo à fala do nosso Líder, que disse que o Governador já tomou providências. Se ele já as tomou, poderia, sim, marcar uma coletiva e citá-las. Aliás, isso está rodando na internet desde segunda-feira. As providências já deveriam ter sido tomadas. Acho que ele está muito atrasado, muito lento. A mesma coisa para tirar os petistas do governo. Até agora, nenhum petista que eu denunciei foi retirado. Então, acho que o Governador se atrasa novamente para adotar uma postura, uma decisão de vir a público pedir um esclarecimento, dar uma coletiva e falar: “Olha, pedi uma investigação porque foi no Palácio, dentro do meu gabinete, e vamos tratar com rigor esse tipo de assunto”.

Falar que ele chamou ao Buriti o delegado e conversou no ouvido dele não é transparente. Isso não é correto. Acho que ele tem de vir aqui, sim, declarar o que fez. Está faltando, sim, um posicionamento do Governador.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço, Deputada Celina Leão.

Só para poder concluir o raciocínio, já consideramos grave o ocorrido, porque foi uma gravação clandestina no gabinete do Governador, no coração da política. E o pior: essa gravação foi editada. Para quem não sabe, na linguagem jornalística, editar significa tirar um texto de um contexto e, a partir daí, manipular a informação. Isso é uma prática com que a gente infelizmente teve que conviver aqui no Brasil durante muito tempo. Muita gente usava isso. Aliás, alguns ainda usam. E o pior, essa edição circula nas redes sociais com o claro objetivo de causar desgaste a um dos Poderes que dão sustentação a uma democracia, talvez o Poder mais importante, que é o Poder Legislativo, que é alvo de ataques constantes exatamente porque é o mais aberto, é aquele que fica com o flanco sempre aberto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

O Deputado Julio Cesar tem feito um esforço enorme para conseguir encontrar uma solução para esse problema. Quero, Deputado Julio Cesar, me solidarizar com o que a Deputada Presidente acabou de dizer. Não basta o Governador do Distrito Federal informar, através da sua liderança, que chamou o diretor da Polícia Civil e determinou que apurasse isso. Isso não basta, principalmente na política. Isso não basta. O que é necessário – já passou bastante tempo, não sei nem se surtirá mais efeito – é que o Governador tome a decisão de realmente chamar o diretor da Polícia Civil e estabelecer um prazo para que ele diga quem foi que levou essa prática criminoso da arapongagem para dentro do Palácio do Buriti. É isso que pode minorar o problema que foi criado. Não é simplesmente chamar o fulano. Não. Você tem que dizer isso claramente porque a liturgia do cargo de Governador exige esse tipo de postura.

A população continua achando que o Governador não está preocupado com isso porque S.Exa. não se manifestou, Deputada! O Governador precisa se manifestar claramente. Ele precisa dizer desculpas ao povo de Brasília em nome de alguém que colocou dentro do governo e que traiu a confiança dele. Ele precisa dizer isso. Enquanto não disser e enquanto não determinar a apuração que estabeleça prazos, pairam dúvidas – e dúvidas que não contribuem em nada para a governabilidade.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro. Quero agradecer à Presidente e me solidarizar com todos os Deputados que foram expostos nas redes sociais, fruto de um crime, que foi uma gravação, um grampo clandestino. Quero dizer que me solidarizo com vocês.

Lamento muito esse episódio dentro do Palácio, como já foi dito aqui. Se realmente foi algum assessor do governo, do Governador, a gente lamenta muito isso, porque o Governo, em vez de estar gravando o clamor do povo do Distrito Federal – a gente foi ontem lá em Brazlândia, as pessoas estavam pedindo uma melhor saúde; melhor educação; melhor transporte, que está caótico no Distrito Federal; melhorias na educação –, em vez de estar gravando as demandas da população e procurando atender a elas, está gravando e está grampeando Deputado. Por isso que está nessa inércia toda.

Ainda bem, Deputada Celina Leão, que não havia nenhum petista lá porque, senão, daqui a pouco, estariam dizendo que foi algum de nós, que foi a mando do Lula ou que foi a Dilma que mandou, porque tudo que acontece de errado neste País ou aqui no Distrito Federal é o PT, é o Lula, é a Dilma, é o Wasny, é o Ricardo, é o Chico. Ainda bem que nós não estávamos lá.

Quero lamentar profundamente esse episódio. Que isso não fique de graça. Acho que a polícia tem que investigar mesmo, descobrir quem foi que fez isso, porque nós não podemos admitir esse tipo de coisa. Eu fico chateado,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

profundamente, porque eu vi hoje os jornais, a imprensa, os blogues colocarem os Deputados como criminosos, porque foram lá negociar espaço. Deputados da base do governo foram lá negociar espaço, reivindicar situações naturais, na minha opinião, porque, se são Deputados da base e se são responsáveis por ajudar o governo aqui, eles têm mais é que participar do processo de governo, da gestão, enfim. Não vi nada demais com relação a isso.

Então, eu lamento profundamente que isso tenha ocorrido. Se o governo faz isso com os Deputados aliados, imaginem com a gente que é da Oposição! Eu sinceramente fui algumas vezes lá ao Buriti, conversei com o Governador; não pedi nada, pelo contrário, o Governador apenas pediu que a gente o ajudasse em projetos que ele encaminhou para cá.

Isso nos deixa, assim, extremamente tristes, inclusive ao ver que a imprensa, em vez de criminalizar, de criticar quem fez o grampo, fica apenas denegrindo a imagem dos Deputados, expondo a fala dos Deputados, e não vi nenhuma crítica a quem fez esse ato criminoso. Então, é preciso que a imprensa também seja um pouco mais – diria assim – republicana nesse País e aqui no Distrito Federal.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço o aparte do Deputado Ricardo Vale.

E, apenas a título de repor a verdade, Deputado, eu, que sou um crítico da Presidente Dilma e desse outro rapaz que era Presidente do Brasil, o Lula, faço questão de dizer aqui: nunca fiz e nem faria qualquer acusação a essa bancada extraordinária que o PT tem aqui, composta pelo Deputado Wasny de Roure, Deputado Ricardo Vale, Deputado Chico Leite e o Deputado Chico Vigilante. Porém, com relação às acusações que já fiz neste microfone a esse rapaz que foi Presidente da República, Lula, e à atual Presidente Dilma, eu as reafirmo todas, e tenho certeza de que o tempo me dará razão, mas vamos aguardar, porque o tempo é uma variável.

Voltando à questão local, eu acho que o Governador poderia e deveria ter um gesto de grandeza neste momento, que seria convidar a Presidente deste Poder Legislativo, representando-nos numa coletiva, e dizer quais providências foram adotadas para punir o facínora que está tentando reintroduzir a arapongagem na administração pública federal. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro. Eu só quero informar aos conselheiros tutelares que estão aqui que há acordo para votação do projeto de vocês, para a derrubada do decreto de vocês.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu acho que minha fala transcende um pouco a questão de ordem, mas eu não poderia deixar de falar. Eu espero que o Governador Rodrigo Rollemberg tome alguns posicionamentos. Entre eles, que o Sr. Hélio Doyle não continue comandando do lado de fora o governo, porque eu tenho notícia de que ele quer pautar a imprensa, ou seja, pautar quem vai ser a imprensa lá dentro do Buriti – eu não sei como é que chamam isso.

Eu tenho aqui: já faz é tempo que ele mama nas tetas do governo e aí quer continuar mamando. Está aqui o que foi pago a ele no Governo Agnelo: 14 mil, 72mil, 83 mil; no total, 217 mil ao bloguezinho dele, que quase não tem acesso, no Governo Agnelo. Eu não posso atribuir a ele a responsabilidade desta gravação porque eu não quero ser leviano, mas eu tenho quase certeza de que, ao final, essa investigação – e o Governador tem que ir a público falar – vai chegar a ele e a seus cupinchas, lá dentro daquela casa do Buriti.

Então, eu espero que o Governador, que é do PSB, que é socialista, não vá se associar com o crápula desse Hélio Doyle e dar a ele a publicidade do Buriti. Se assim for, nós podemos fechar a Casa aqui, porque aí nós somos puxadinho de tudo quanto é lugar.

Era isso o que eu tinha para falar.

E a prova está aqui: 217 mil para o bloguezinho dele, que deve ter dez acessos, enquanto outros blogues que têm muito mais acesso nunca receberam um centavo do governo e vivem fazendo um trabalho ferrenho para a comunidade do Distrito Federal.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dá-se início aos

Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Gostaria de começar agradecendo. Eu tenho recebido inúmeras mensagens por *e-mail*, no Facebook, porque as pessoas que tiveram a solidariedade de escutar o meu áudio realmente confiam cada vez mais no nosso trabalho. Sem saber, Deputada Telma Rufino, eu estava sendo gravada. Eu quero transcrever algumas das minhas falas durante o encontro com o Governador.

Nós falávamos sobre a perseguição da Oposição, que eu havia sofrido no Governo do PT, e eu dizia que aquilo não era correto. Eu coloco a seguinte questão: "Não é esse o modelo de governo, eu acho até que o senhor é um democrata, o senhor vai atender com respeito a Oposição, mas hoje o que acontece é que eu acho que precisa ter esse entendimento. A classe política, querendo ou não, precisa estar presente no governo do senhor". Quando eu falo, "o senhor não tem secretário



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Deputado, nenhum secretário Deputado, estou falando que pode ser Deputado Federal, pode ser Deputado local, compreendeu?”, estou falando que “a classe política está fora do seu governo”. Aí eu continuo e coloco o seguinte: “O senhor é bom demais”. Digo que ele fala para os secretários: “Vou te deixar para você fazer o trabalho político do jeito que você quiser, eu te dou liberdade”. E eu digo: “Eu sei que isso era uma visão de conseguir fazer um governo sério. Como isso não aconteceu, você sabe por que a pessoa precisa escolher aqui, mas, querendo ou não, eu acho, por exemplo, que o senhor tem que ter uma pauta positiva junto com a Câmara. Ou a gente tem uma pauta junto com o governo do senhor, de participar todos nós: ‘Ó, Cristiano, que que você quer? Você quer com a Celina, o que você quer? Você quer inaugurar as casas com o Governador?’ ‘Michel, que que você precisa? Fazer política pública, nesse sentido? Então, vai fazer.’ ‘Telma, que que você quer?’ ‘Eu quero ajudar na habitação.’”

Eu quero pedir um grifo nas notas taquigráficas para esta minha fala: “Então, assim, dentro de uma filosofia de correção...” Correção – foi essa a minha fala, dentro de um gabinete. “Dentro de uma filosofia de correção, sem fatiar...” Sem fatiar, dentro de uma filosofia de correção. “... Sem pensar, sem rebaixar a classe política dessa forma, colocando a participação de ideias, eu acho que o senhor vai conseguir finalmente harmonia com todos nós.”

Essa foi a minha fala, Deputado Professor Reginaldo Veras, essa foi a minha fala, mas é impressionante como a edição...

Eu não sabia que eu estava sendo gravada, Deputado, mas dei inclusive uma sugestão ao Governador de como ele poderia fazer política pública: convidando um Parlamentar para participar de uma inauguração, convidando um para falar de política pública, convidando outro para participar de forma democrática. Eu uso a expressão “dentro de um espírito de correção”. Só uma pessoa que tem realmente muito brio na cara, que defende um Poder como eu defendi ali dentro, pode chegar aqui agora e falar que o que está acontecendo hoje no Distrito Federal é um absurdo.

Eu fui Deputada da Oposição aqui durante quatro anos, Deputado Professor Reginaldo Veras. O Deputado Joe Valle estava aqui conosco, e a gente sabia, Deputado Juarezão, que a gente era arapongado, mas vou falar uma coisa: o Agnelo era um pouco mais competente, porque ele arapongava, mas ele só sabia das informações, ele usava as informações, porém não as vazava, porque a prova da arapongagem é o vazamento dos áudios. E é o que a gente sempre quis, que realmente se soubesse disso. A gente tinha certeza disso, porque os grampos da Polícia Federal na Operação Cachoeira pegaram essa prática do chefe de gabinete do Governador Agnelo falando com os arapongas: “Estou aqui com o relatório para te entregar”. Então, nós vivemos isso no passado, mas essas provas infelizmente nunca vazaram.

É tão engraçada a fala sobre ter um deputado secretário, inclusive deputado federal ou distrital. Eu quero lembrar que o Governador Rodrigo Rollemberg foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Secretário de Estado. Ele foi Deputado e Secretário de Estado. Se ele acha que isso é errado, por que aceitou ser Secretário de Estado? Ele não deveria ter aceitado. Acho que é a primeira fala dele, está aqui.

Eu tenho o nome de todos os Deputados Distritais que foram secretários. Arlete Sampaio – alguém tem dúvida da integridade da Deputada Arlete? Ela foi uma excelente Secretária de Estado. Nós temos vários: Aguinaldo de Jesus, Alírio Neto, Raimundo Ribeiro, Izalci, Edmar, Maninha. É essa a mensagem que a mídia tentou imprimir, que é um erro? Então, fale para essas pessoas que elas estão erradas. E falem mais: falem para todos os governadores de todo o Brasil que eles estão errados. Fale para o Governador Eduardo Campos, que tinha na sua primeira gestão seis secretários deputados, e na sua segunda gestão mais seis; para o Governador Marconi Perillo, nosso vizinho, que diminuiu as secretarias e tem três de dez secretarias, ou seja, 30%; para o Paulo Câmara, atual governador de Pernambuco, que tem cinco; para o atual Governador Fernando Pimentel, de Minas Gerais, que tem nove; para o Pezão, do PMDB, que tem nove; e para o Alckmin, que tem seis. Eu peguei aqui exemplos de vários partidos para colocar a seguinte questão: a tentativa nojenta, perniciosa, de desmoralizar este Poder não vai colar.

Eu acho muito engraçado quando o Deputado Dr. Michel traz um dado desses. Eu não conseguia entender por que tanta subserviência, tanta submissão ao Governo do PT. Hoje eu entendo: o Deputado Dr. Michel disse que aquele homem foi mantido pelo PT durante os quatro anos, comeu da fatia do bolo do PT. Um bloguezinho dele ganhou quase 300 mil reais, e vem falar de velha política? E vem falar desta Casa? E vem falar do toma lá dá cá? Quem tomou do Governo do PT foi ele e agora está tendo de pagar, porque está cheio de petista na secretaria, que sequer tiveram coragem de tirar até agora. Estão todos lá. O toma lá dá cá aconteceu na gestão dele, que tomou emprestado lá no governo, se manteve, e agora tem que pagar o favor. Eu acho isso muito grave.

Na época não quis aqui rebater o secretário, pois achei que não valia a pena. Eu achava que nem valia a pena. Mas eu acho que o comportamento, da forma como aconteceu, é maníaco: isolar o Governador Rodrigo Rollemberg de todos os políticos. Aliás, ele é um político frustrado, pois tentou ser Deputado, não conseguiu, e se casou com uma Deputada, que depois se separou dele. Acho que a frustração dele é política. Ele fala tanto da classe política, mas sequer conseguiu os votos necessários para chegar a este Poder. Então, ele saiu atacando um Parlamentar e outro. Quando ele viu que não tinha nada, pegou – na minha visão – um áudio editado e tentou desmoralizar este Poder.

O que me preocupa não é o conteúdo daquilo que vazou. Era uma reunião pública, tínhamos onze Parlamentares lá mais um monte de secretários de Estado. Isso não me preocupa. O que falei na reunião sobre o isolamento político do Governador eu falei da tribuna no dia em que saí da base do governo.

Não devo favor para ninguém, eu ajudei o Governador Rodrigo Rollemberg quando ele tinha 6% de intenção de voto, nada me segura em um projeto em que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

não confio e não acredito, diferente de outras pessoas, que devem favor e têm que pagar. Nada me segura em um projeto no qual não acredito e não confio.

E é tão engraçado. Existe tanto padrinho na Casa Civil. Recebi um relatório hoje, é coisa chocante, Deputado Bispo Renato Andrade. É tanta madrinha, padrinho, sobrinho, afilhado, é uma teia de falta de vergonha na cara – ele, que deveria ter dado o exemplo –, com nepotismo cruzado entre a Segad e a Casa Civil. E, quando a gente manda-o tomar postura, como eu fiz aqui na tribuna, ele sai atacando todo mundo, até porque quem levou o Governador ao isolamento foi ele.

E o áudio... É tão engraçado, Deputada Liliane Roriz, que essa figura visita todos os veículos de comunicação, falando que vai mandar na publicidade... Como disse o Deputado Dr. Michel, que ele visita, falando, fazendo terrorismo, que vai ser o secretário, que vai mandar o secretário e que tudo isso. Eu acho que uma pessoa de uma estirpe dessa, que sai do governo... Se fosse um aliado do Rodrigo, sairia com cabeça erguida, sairia pela porta da frente. Saiu pela porta dos fundos de três governos!

Eu quero lembrar aqui que ele vem falar de velha política. Ele é a velha política escrita! Ele participou do Governo do Agnelo, ajudou o Agnelo estrategicamente, elegeu o Agnelo; ajudou no Governo do Roriz; ajudou no Governo do Cristovam e saiu pela porta dos fundos de todos os governos. E se achar no direito de sair quando nós cobrávamos... Eu nunca cobre a saída dele, apesar de achar que a gestão dele era errada, errada! Diz que é estrategista. Só se for fascista! Você imagina um cidadão que, no dia em que chama toda a imprensa para comunicar um cronograma de pagamento, Deputado Wasny de Roure, solta lá um pacotão dois e ainda põe os bestas dos Deputados do lado para dar a sustentação política para aquela decisão! E foi bem nesse dia que foi tudo gravado, inclusive, com um desrespeito muito grande para com a Câmara Legislativa.

Cadê a parte do áudio em que eu briguei com o Hélio Doyle, falando para ele tirar o IPTU da pauta? Cadê, Deputado Dr. Michel? Não está lá no vídeo, não! Cadê? Cadê? É muito engraçado. Esse cidadão sai, falando o que ele quer. Fala que não tem prova – e não tem prova mesmo –, tenta desconstruir a imagem do Poder Legislativo.

Eu já briguei aqui sozinha, Deputado Agaciel Maia, com o Governador, na Oposição. Já briguei, briguei muito. Eu sou uma pessoa superdoce. Dou um caminhão para não entrar numa briga, mas dou uma boiada para não sair dela. Acho que, para você apontar o dedo para o Poder Legislativo assim como foi feito, você tem que ter a vida muito limpa, você não pode aditar contratos que estão aí sob suspeição. Você não pode fazer isso. Acho que um cara que recebeu quase 300 mil do Governo do PT tinha que ter tido a hombridade de ter saído calado, calado, em vez de atacar o Poder Legislativo.

Eu tenho como provar todas as minhas conversas com o Rodrigo. Eu tenho como provar que nunca fiz um pedido republicano. É só escutar. Escutem. Escutem o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

áudio todo. “Uma pessoa que fala dentro de um espírito de correção, sem fatiar.” Foi a frase que eu usei. Até parece que eu sabia que estava sendo gravada também, não é, para ter tanto cuidado assim ao falar? Porque, numa reunião informal, Deputado Bispo Renato Andrade, às vezes, você fala o que está no coração, faz uma crítica, porque você sabe que está numa intimidade. Até o próprio PT visitou o Governador Rodrigo Rollemberg. Quem sabe na semana que vem não estão aí as fitas do PT rodando também? Porque foram conversar com ele políticas públicas. É natural, é da oposição. Fazem parte do jogo conversas republicanas.

Então, acho que tentaram criminalizar uma relação que é institucional, Deputada Sandra Faraj, que é legal. Quando falam: “Ah, Deputado indica cargo!” Vários Deputados indicaram cargos. Eu quero falar que há muitas pessoas passando necessidade que trabalham. O que não dá é para indicar fantasma. Há pessoas lá na secretaria do Hélio que estão de licença desde fevereiro, que nem aparecem para trabalhar. É essa a nova política? Ele tinha que olhar para o umbigo dele. Ele tinha que realmente ter responsabilidade. Se ele fosse realmente um cara competente, um cara sério, um cara correto, ele sairia do Governo do Rodrigo Rollemberg de cabeça em pé. “Estou saindo, vou ajudar.” Porque, quando ele sai atirando na Câmara Legislativa, ele atrapalha o Governador. E ainda se acha herói! Herói de onde?

Quero contar aqui a vocês que fui abraçada na rua pela própria equipe do Governador Rodrigo Rollemberg que convivia com esse fascista lá. Porque há muitas pessoas que não tem coragem de falar, mas eu tenho. Eu tenho! As pessoas me abraçaram, vieram ao meu gabinete. Pessoas do partido do Governador! E me agradeceram: “Oh, Deputada, obrigada”. Ele não se contentava somente em ser um simples secretário. Se ele se contentasse, ele estaria aí no primeiro escalão. Nunca pedi a saída dele. A saída dos petistas, eu pedi. E volto a repetir, e volto a pedir.

Agora, quem tem muito a explicar é quem dá proteção a crimes, a pessoas que estão sendo investigadas, a contratos difíceis de entendermos o aditamento.

E há esse tipo de prática. Inclusive, a empregada doméstica da Anadete dentro da Casa Civil! Mora com a Anadete! Gente, eu estou falando porque conversei com a servidora que contou o seguinte: “Não, hoje a emprega da Anadete não pode vir trabalhar não, porque ela tem de cuidar lá da casa da Anadete”. Ela era ao mesmo tempo servidora do Estado e empregada da Anadete. Ela mora dentro da casa da Anadete, dentro da Casa Civil, debaixo do olhar do supersecretário.

Eu acho que, se esta Casa pudesse dar uma grande demonstração de força, realmente, ela ia se unir em cima das pautas de Brasília, em cima das pautas positivas, em cima de votar projetos como vamos votar hoje, o projeto do Secretário Marcos Pacco para conseguir recursos para cuidar dos nossos idosos do Distrito Federal.

Mas há muita coisa que merece ser explicada! Que o esquema de arapongagem está instalado dentro do Governo do Distrito Federal, não tenho dúvidas, Deputado Prof. Reginaldo Veras! Eu não tenho dúvidas! Tenho ouvido falar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

sobre isso há um mês. E tem uma frase que diz, Deputada Luzia de Paula, que onde há fumaça há fogo. Eu acho que o Governador tem que fazer uma limpa geral. Tirar os arapongas, que são vários e estão lá perto. Porque essa questão de inteligência é algo engraçado, isso é igual a você querer prever o futuro, coça, é importante, mas pode te levar à ruína também. Porque é ilegal, é imoral.

E o que eu peço na tribuna desta Casa, nesta tarde, é que o Governador se posicione como governador. Porque até há pouco tempo quem era o governador era o Hélio. Agora ele se posicione como governador, porque não tem mais ninguém para ele botar a culpa! Que ele vá, enfrente isso e resolva. E peça a investigação. O exemplo que eu dei, se fosse neste Poder aqui, um governador de Estado, ou qualquer secretário ser arapongado aqui, sabe que dia eu esperava um pedido oficial de alguém? Nunca! Isso faz a grande diferença entre quem faz e quem espera acontecer.

Obrigada.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu acabei de receber aqui a visita do Subsecretário do Sistema Penitenciário, que está inclusive aqui no plenário, Dr. João Carlos Lóssio. E ele nos traz um ofício da Polícia Civil, o qual determina que todos os servidores da Polícia Civil voltem para aquele órgão, ou seja, saiam da Subsecretaria do Sistema Penitenciário sob pena de não receberem o pagamento.

Por que eu trouxe esse dado, Deputado Julio Cesar? Porque V.Exa., como Líder do Governo, precisa dizer ao governo que ele é um só. Precisa dizer ao governo que as secretarias precisam se comunicar. Elas não podem funcionar como ilhas – aliás, é uma metáfora que o Governador sempre usa. E parece que o sistema penitenciário existe fora da órbita do governo. O que não é verdade!

Nós sabemos que por trás disso existe uma briga surda pelo comando do Sistema Penitenciário. E isso é altamente prejudicial para a sociedade do Distrito Federal. Eu espero, Deputado Julio Cesar, que V.Exa., como Líder do Governo, leve para o governo mais essa bobagem praticada por órgãos do governo, por agentes, para que se resolva essa situação. Só quem perde com isso é a sociedade, quando se cria um clima de tensão num sistema penitenciário que precisa ter tranquilidade para funcionar.

Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero me solidarizar com o Deputado Raimundo Ribeiro e dizer que é mais uma trapalhada do governo. O sistema penitenciário tem que ser gerido sim por policiais, por delegados de polícia – foi assim na História toda –, até porque lá é um ponto de investigação. É pelo sistema penitenciário que você apura vários crimes. Elucidam-se vários, o Deputado Dr. Michel sabe bem disso. Então é descabido, Deputado Raimundo Ribeiro.

Mais uma vez, ficamos estarelecidos com as trapalhadas do governo. Nós estamos querendo ir. Quem vai para lá? Vai um médico? Com todo respeito ao médico. Quem vai para lá é um enfermeiro? É um professor? Aquilo é lugar de polícia! Pelo amor de Deus! Não dá para entender! É uma trapalhada atrás da outra!

Pode ter certeza absoluta de que vamos estar irmanados. Tenho certeza de que o Delegado Eric, que é Diretor da Polícia, não comunga com isso. Vou ligar para ele e pedir que ajude a resolver isso, se não já vamos ficar preparados para a trapalhada de amanhã. Todo dia é uma trapalhada.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero aqui me solidarizar com o Deputado Raimundo Ribeiro, bem como com o Dr. Lóssio. É inacreditável o que a gente está ouvindo agora. Um delegado de polícia experimentado como é o Dr. Lóssio, que hoje está no comando de uma subsecretaria, por questões burocráticas... O meu mestre Deputado Agaciel Maia sabe desburocratizar esse trem! Por isso que tenho o senhor como mestre! Realmente não faz sentido, Deputado Agaciel Maia, a burocracia emperrar a administração.

Como pode um delegado de polícia que trabalha mais de quinze horas por dia ser tolhido de seu salário por estar trabalhando enquanto há outros que, em vez de estarem trabalhando, estão arapongando; enquanto há outros que deveriam estar na ponta fazendo flagrante ou trabalhando quinze horas mas que estão cuidando da vida de quem não deve?! Está tudo ao inverso! Estou chegando à conclusão de que este mundo está virado! Eu vivo dizendo que quem não for filho de Deus está na unha do capeta, e nós somos filhos de Deus e estamos na unha do capeta!

Como é que pode virem dizer que um delegado que está trabalhando, um delegado que está tomando conta de um dos pontos mais sensíveis, que é o presídio – o único lugar onde se faltar papel higiênico tem rebelião é no presídio, é dentro do presídio! –, vai ficar sem pagamento! Isso é uma questão que é pura burocracia. Bastava as secretarias se comunicarem entre si e resolver o problema.

O delegado, ao invés de estar aqui pedindo solidariedade... E eu tenho certeza de que o telefonema vermelho que o Deputado Wellington Luiz fez para o Eric já resolveu o problema. Pode ter certeza de que o problema está resolvido. É



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

tanta imbecilidade que não podemos nem acreditar. Então eu quero me solidarizar com a fala de S.Exa. e dizer o seguinte: morro e não vejo tudo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só para fazer justiça, eu acabei não citando o nome do Delegado João Carlos Lóssio e eu o conheço, tive o prazer de trabalhar com ele. Além de ser um local estratégico que tem de ser dirigido por um delegado de polícia, quem está lá não é um delegado qualquer. É alguém experimentado, é alguém que conhece as ruas, é alguém que já chefiou várias delegacias. Então não é para qualquer um.

Eu espero que o governo repense. Nós vamos fazer a nossa parte. Eu tenho certeza de que o Líder do Governo, naquele telefone, já está resolvendo. Daqui a pouco, isso aí não vai passar de um mal-entendido. Assim espero.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, aproveitando o gancho do que foi dito, o governo fazendo uma trapalhada atrás da outra, é um tema sobre o qual esta Casa tem de se debruçar, foi feito um aperfeiçoamento do projeto de lei que dispõe sobre os conselhos tutelares do Distrito Federal e foi muito claro. A emenda foi aprovada nesta Casa, foi sancionada pelo Governador.

O art. 1º, inciso II, parágrafo primeiro diz: “Cada eleitor pode votar em cinco candidatos da região administrativa, independente da quantidade de conselhos”. E sai uma resolução. Pelo pouco que eu estudei em Direito, eu rasgo o diploma no dia em que uma resolução, uma portaria se sobrepuser a uma lei. O que se sobrepõe à lei é a nossa Constituição Federal. A resolução é do dia 16 de abril e a lei é do dia 15 de maio de 2015. E essa resolução vigente, em seu artigo 4º diz: “O voto será facultativo e secreto, devendo o eleitor votar em apenas um candidato”.

Então, Sra. Presidente, esta Casa tem que tomar um posicionamento no sentido de dar uma segurança maior para essas pessoas que vão concorrer e que fizeram a prova nesse sentido. Isso mostra, uma vez mais, que o Governo está desorganizado e agindo de uma maneira aloprada.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência passará um informe e depois passará à palavra do Deputado Dr. Michel.

Eu quero pedir aos Parlamentares para que entremos em processo de votação, porque um dos projetos que votaremos é o projeto de decreto legislativo que susta os efeitos da questão do Conselheiro Tutelar. O segundo é um projeto que destina créditos a creches que podem ficar sem esse recurso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, tem como colocar a votação da comissão para análise de propostas de emenda à Lei Orgânica que é algo bem tranquilo?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Tem sim, Deputado. Vamos apenas votar os projetos e votaremos rapidinho a comissão para análise de PELOs.

Solicito aos Deputados que possamos votar e depois retornamos aos Comunicados de Parlamentares.

Alguém quer falar antes?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só quero comunicar que há Expediente sobre a Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

O único Deputado que manifestou intenção de fazer uso da palavra foi o Deputado Bispo Renato Andrade. Em seguida entraremos em processo de votação.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, apenas quero me solidarizar com o Deputado Robério Negreiros e com o pessoal do conselho tutelar para dizer, Sra. Presidente, que isso aí está parecendo não sei o quê. Porque veio uma lei do governo para cá, nós votamos a lei e fizemos uma emenda de acordo, foi acordado com o governo. Quando saiu a lei – e a senhora veja o que é conchavo –, entre a lei ter sido votada aqui e a sanção do Governador, eles soltam um edital em que prevalece a lei anterior. Isso é brincadeira!

Se eu sou um governador... É que Deus não dá asa a cobra nem dente a passarinho. Imaginem cobra com asa e passarinho com dente, que desgraça viraria este mundo. É inadmissível um trem desses! Deputado Bispo Renato Andrade, V.Exa. está com a cara ruim porque estou falando. Melhorou a cara, então vou continuar falando.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Pensem comigo sobre a situação. Vem uma lei do governo, a gente apresenta a emenda acordada com o governo, mas no ínterim entre a lei sair daqui e o Governador sancioná-la, solta-se um edital com a lei anterior. Estão brincando com coisa séria! O que V.Exa. acha de uma situação dessa, Deputado Bispo Renato Andrade? Não tem que achar nada, não temos nem o que achar!

Deputado Juarezão, pelo amor de Deus, nós estamos perdidos! Eu venho dizendo, Deputada Celina Leão, que quem não é filho de Deus está na unha do capeta. O trem está danado! Deputado Agaciel Maia, V.Exa. tem proficiência em Executivo. A lei é do governo, a lei veio do governo, a emenda foi acordada com o próprio governo.

Vou acabar, Sra. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Dr. Michel.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, amigos que estão no plenário nesta tarde, eu não poderia deixar de falar hoje, rapidamente, sobre dois assuntos.

O primeiro já foi falado hoje vastamente. É sobre as gravações das conversas ocorridas dentro da sala do Governador do Distrito Federal. Sra. Presidente e amigos, as gravações não ferem apenas as relações institucionais entre os Poderes, que por definição devem ser harmônicos e independentes, como também ferem a confiança que deve presidir o diálogo político entre os que, eleitos pelo povo, têm a responsabilidade de formar consensos para a governabilidade e busca de soluções para os problemas da cidade.

De um lado, nós esperamos que o Palácio do Buriti e o Governador Rollemberg investiguem, cheguem aos responsáveis pelas gravações clandestinas e divulguem imediatamente a íntegra de todos os diálogos que ocorreram dentro daquela Casa. Eu me sinto muito à vontade porque lá não estive. Se já não ia antes, agora muito menos, por falta de confiança no chefe do Executivo desta cidade. Isso para que extratos de gravações não sejam usados como instrumento de chantagem política e para que a população possa saber exatamente de tudo, e não de partes editadas de eventuais diálogos. Esta deve ser a exigência desta Casa legislativa.

Por outro lado, devemos tomar nossas providências no âmbito parlamentar, de sorte a verificar se teria havido quebra de decoro por parte de algum Deputado, mas também responsabilizar os membros do Executivo que porventura tenham dado causa a que isso acontecesse.

A Presidente Celina Leão já solicitou providências ao Ministério Público, à Polícia Civil, à Polícia Federal para as investigações, e o fez corretamente. Mas nós temos ao nosso alcance as ferramentas da ação parlamentar para que esse episódio



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

não seja encoberto com panos quentes e, a partir daí, seja usado como instrumento de chantagem por parte dos que desejam calar as vozes dos Deputados, daqueles Deputados que são críticos em relação à ação governamental.

De minha parte, estou pronto para assinar, como de fato já o fiz, uma eventual CPI ou qualquer outra ação que esta Casa julgar necessária para a completa elucidação do lastimável episódio que aconteceu nesta Capital.

Srs. Deputados, calar, silenciar, fazer de conta que o problema não existiu e aceitar que esta Casa só se movimenta em torno de cargos, favores ou outras variáveis que não republicanas, não devemos aceitar. É preciso ação! A hora exige que a Casa se posicione com atos, e não com palavras, para a defesa do Legislativo como instituição, para a preservação da sua imagem e daqueles que o compõem.

Vou deixar claro: o problema não está nos fragmentos de conversas que vieram a público, mas nas entrelinhas, nas ameaças de que muito mais tenha sido gravado e possa ser usado para constranger ou limitar as eventuais críticas e posicionamentos da Casa na análise de projetos do Executivo.

É do meu dever, portanto, pedir aos nobres colegas uma reflexão sobre tudo isso, para que haja uma reação à altura da agressão que, na pessoa de alguns Deputados, quem sofreu foi a Casa por inteiro.

Eu não poderia deixar também, Sra. Presidente, de mencionar um fato que é muito mencionado nesta Casa, sobre a situação que está acontecendo na Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS. Fui informado de que a nova gestão da Agefis tem deixado muito a desejar, como tenho visto. Em 20 de maio do corrente ano, por exemplo, foi publicada a Instrução Normativa nº 78, cujo art. 3º parágrafo 1º condicionou a atuação do agente fiscal ao prévio contato com seu superior imediato.

Ora, Excelências, por si só tal procedimento de caráter excessivamente burocrático já representa um retrocesso, pois vai de encontro à necessária autonomia dos agentes fiscais. Essa autonomia precisa ser assegurada por questão de respeito àqueles servidores. Que motivação terão eles para dar o melhor de si, se não tiverem a confiança de seus superiores hierárquicos?

O demérito da necessidade de um prévio contato com a chefia acentua-se mais, se observarmos que tal procedimento aplica-se "quando a irregularidade for de risco iminente ou não for possível identificar o infrator posteriormente". Senhores, seria cômico se não fosse trágico! É como se a situação de emergência pudesse esperar o procedimento burocrático do prévio contato com o superior imediato.

Pergunto: se o agente fiscal não conseguir comunicar seu chefe, será que a emergência vai deixar de ocorrer? É evidente que não. Derrubar casas no Sol Nascente e no Pôr do Sol é fácil. Estou denunciando, e já o fiz à Agefis há mais de trinta ou quarenta dias, uma invasão que está ocorrendo no Setor de Oficinas da QNH. Até hoje, a Agefis sequer lá apareceu. Alguma coisa está a esconder?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Pior, Excelências, é a justificativa para a exigência do prévio contato com a chefia. Talvez para camuflar o nítido viés autoritário da norma que, diga-se de passagem, no regime nazista de Hitler, seria muito bem-vinda. A cúpula da Agefis externou a motivação do despropositado ato nos seguintes termos: "evitar duplicidade de ação". Convenhamos, numa situação de emergência que motive a atuação da Agefis, o que é pior: a falta de ação decorrente da ausência de prévia comunicação à chefia imediata ou a duplicidade de ação? Eu não tenho dúvida em optar pela primeira situação.

Senhores, canetada alguma vai impedir o acontecimento do fato que caracteriza a emergência motivadora da ação fiscal, de modo que o parágrafo 1º do art. 3º da Instrução Normativa nº 78, de 2015, da Agefis, necessita ser imediatamente sustada. Aliás, já tomei uma medida, apresentando nesta tarde projeto de decreto legislativo com esse objetivo. Conclamo desde já aos nobres colegas que atuem conosco para aprová-lo.

A nova gestão da Agefis vem incidindo ainda numa série de outras falhas. Menciono, inicialmente, o engessamento da fiscalização ocasionada pelo condicionamento das ações fiscais à prévia expedição, pela chefia, de documento escrito que autorize o trabalho em campo, o que tem deixado muitos agentes sem trabalho o dia todo.

Outro problema, senhores, é o rigor e detalhamento normativo excessivo e desnecessário no tocante ao trabalho em campo, de modo que todas as ações em campo só podem ser feitas se previstas em documentos denominados programações fiscais, que regulam até com quem os auditores podem trabalhar.

Também está havendo ausência de transversalidade nas ações fiscais. A Agefis não tem trabalhado em conjunto com as administrações regionais nem com a Secretaria de Gestão do Território e Habitação ou Secretaria de Segurança Pública. Todas as ações, de acordo com a atual gestão, devem ser previamente esboçadas pelo setor de planejamento e autorizadas pela presidência. Falta ainda transparência nas ações da Agefis. Diga-se de passagem, houve o fechamento de duas igrejas da Sara Nossa Terra.

A ausência de um planejamento de ação estratégica impede que a sociedade enxergue as prioridades da autarquia. As ações de fiscalização são feitas sem o conhecimento dos administradores regionais e também de nós Deputados. Há uma crise interna instalada na Agefis.

Em função da ausência de prioridades e do questionamento da legalidade de determinadas ordens, um grupo de servidores pediu exoneração no dia 19 de maio do ano corrente. Os servidores que permanecem em seus cargos estão sendo ameaçados de perder o emprego caso entrem em contato com algum integrante do grupo de comissionados que pediu exoneração. Houve, inclusive, um servidor que soube apenas pelo Diário Oficial de sua exoneração.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

A verdade – e vamos concluir – é a necessidade de reconhecimento midiático da nova gestão da Agefis. Quais são os problemas que, de fato, estão acontecendo? Ações que envolvem outros órgãos são divulgadas na mídia como sendo exclusivamente da Agefis, o que tem causado atrito com outros órgãos preteridos.

Excelências, não há planejamento estratégico na Agefis. As ações fiscais vêm sendo determinadas pela própria Diretora-Presidente, que, aliás, esteve fora da fiscalização nos últimos quatro anos. Esta sustenta o discurso de que o controle extremo das ações fiscais, de maneira imperialista – parece que não era norma só do Hélio Doyle –, é necessário para que os auditores trabalhem, vez que de outra forma não o fazem a contento, para que eles possam render o resultado que se espera deles.

Por fim, os órgãos de segurança não estão sendo consultados e foram alijados do processo de decisão da Agefis, sendo considerados apenas como mera força de apoio policial. A Diretora-Presidente da Agefis se indis põs com a cúpula da PM por entender que os trabalhos devem ser decididos e executados somente sob a direção dela. A dirigente defende, ainda, a extinção de alguns órgãos de segurança distritais, como a Subsecretaria da Ordem Pública e Social, pois almeja manter-se como única detentora do poder de decidir sobre as ações de fiscalização no Distrito Federal.

Senhores, precisamos agir o quanto antes para mudar esse grave quadro que assola a Agefis, autarquia de fundamental importância para o êxito da política de fiscalização de atividades urbanas do Distrito Federal. É indispensável trabalharmos para que, diferentemente dos últimos seis meses, tenhamos uma Agefis transparente, correta, descentralizada e ágil, que não seja usada apenas contra os pobres, mas que realmente trabalhe em favor da população do Distrito Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, quero parabenizar V.Exa. pelo brilhante discurso e ainda dizer mais. O que parece é que a Agência de Fiscalização do Distrito Federal vem perseguindo as igrejas desta cidade.

Recentemente, nós tivemos uma ação da Agência numa igreja, salvo engano no Lago Norte, que há muito tempo estava aberta. A Agência de Fiscalização foi lá e realizou essa ação.

A Agefis também fez um ato de fiscalização, inclusive de derrubada de um templo religioso que está previsto na Lei nº 806/2009, lá na cidade do Gama, e agora, recentemente, na cidade do Paranoá. A Agefis teve a capacidade de lacrar um templo religioso, dizendo, Deputado Wellington Luiz, que este não tinha alvará de funcionamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Esta Casa aprovou, no ano de 2013, uma lei que autoriza os administradores, os gestores públicos a emitirem autorização de funcionamento para aqueles estabelecimentos que ainda não têm regularização fundiária definida.

E ainda digo mais. Na minha visão – e aqui eu quero colocá-la, neste Parlamento –, a Agefis está agindo com perseguição, Deputado Wasny de Roure, porque sou pastor da Sara Nossa Terra. Por que será que só as igrejas da Sara Nossa Terra estão sendo colocadas no limbo, como tem sido feito?

E aí, Deputado Agaciel Maia, só para concluir, se existe perseguição, se existe discricionariedade, eu acredito que os gestores da Agefis não podem escolher cor, bandeira. Não podem escolher.

Ainda digo mais, e estou com o documento aqui, Deputado Wasny de Roure. Nove dias antes de a igreja ser lacrada no Paranoá, o nosso pastor entrou com consulta prévia na administração regional. Dois dias depois, a consulta prévia foi deferida e tem validade por 180 dias. O nosso pastor da igreja do Paranoá mostrou a consulta prévia autorizada para o fiscal da Agefis. Sabe o que ele disse? Disse: “Esse documento não tem valor nenhum. Nós vamos fechar a igreja.” Segundo informações, dizendo que o Ministério Público mandou fechar.

Desculpa, Ministério Público não manda, ele só recomenda.

Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Só queria pedir que realmente entrássemos na fase de votação porque já está tarde. Já são 19h35min e temos aí os créditos e o projeto que trata dos conselhos tutelares.

Quero dizer ao Deputado Bispo Renato Andrade e ao Deputado Rodrigo Delmasso que eu também fiquei muito chateado quando fiquei sabendo que a igreja foi fechada. Eu também não compactuo com isso. Acho que realmente a diretora, a Bruna, não tem sido feliz ao aplicar alguns conceitos naquela agência. O Deputado Agaciel Maia diz sempre: “fechar igreja dá azar”. Ela, como uma pastora, não deveria proceder dessa maneira.

Então, quero só registrar e parabenizar o Deputado Bispo Renato Andrade pelo discurso proferido.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria somente de esclarecer que há pouco nós viemos aqui cobrar uma explicação do governo com relação ao processo que envolve o Delegado João Carlos Lóssio. Acabei de falar com o Diretor-Geral da Polícia Civil e o que realmente está acontecendo é que a Controladoria-Geral da União está cobrando, já que nós,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

policiais, somos pagos pelo Fundo Constitucional. Portanto, é uma cobrança não advinda da Polícia Civil, mas da Controladoria-Geral da União, por causa do Fundo Constitucional.

Que fique bem claro que a Polícia Civil não fez nenhuma ação que pudesse prejudicar esse processo, pelo contrário, apenas cumpriu uma determinação, que, se não fosse cumprida, tanto o diretor-geral quanto a diretora da DRH, Dra. Ivone, poderiam, inclusive, responder por improbidade. Portanto, não há nenhuma perseguição neste sentido. Isso foi dito pelo nosso Diretor-Geral, Dr. Eric Seba.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Parabéns, Deputado Wellington Luiz. V. Exa. está lembrando o tempo todo o Deputado Chico Vigilante, que tinha um telefone que falava e resolvia tudo imediatamente.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Eu só queria pedir a V. Exa. se possível, que inclua na extrapauta o Projeto de Lei nº 449, que trata de um crédito adicional de 8 milhões para pagar ao pessoal das escolas técnicas lá de Planaltina e de outras regiões, que estão sem dinheiro para pagar aos professores. Se chegarem ao consenso aqui sobre a votação do crédito para a Sedest, que votassem esse crédito também do Pronatec para ajudar esse povo. Era isso o que eu tinha a pedir.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu acato a solicitação de V. Exa. Apenas tenho que saber se o projeto está aqui e se foram cumpridas as exigências de tramitação.

DEPUTADO DR. MICHEL – Segundo o Serginho, que é uma pessoa proficiente, o projeto está pronto para ser votado, inclusive com o voto de V. Exa. na CEOF, que foi positivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Então, acato a solicitação de V. Exa. O objetivo nosso é votar.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria pedir que começássemos as votações, visto que o horário já se estendeu muito e também para que não percamos o *quorum*. Vamos direto às votações. Estou abrindo mão do meu tempo nos Comunicados de Parlamentares também para darmos celeridade à votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dá-se início à
ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2015, de autoria de vários Deputados, que "susta os efeitos dos artigos 4º e 30 da Resolução nº 72, de 9 de abril de 2015, que dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal, e susta os efeitos dos itens 8.32 e 12.2 do Edital nº 2, de 14 maio de 2015, que estabelece regras para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Distrito Federal para o Quadriênio 2016/2019, ambos editados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA, por exorbitarem do poder regulamentar e extrapolarem os limites estabelecidos na Lei Distrital nº 5.482, de 15 de maio de 2015".

A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que, quando às votações em plenário, executemos o que dispõe o artigo 199, parágrafo 2º, ou seja, que os Líderes dos blocos façam a indicação do voto em relação a cada projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, designo o Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria colocar como item extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu responderei a V.Exa. daqui a pouco.

Com a palavra o Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2015, de autoria de vários Deputados, que "susta os efeitos dos artigos 4º e 30 da Resolução nº 72, de 9 de abril de 2015, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

dispõe sobre os conselhos tutelares do Distrito Federal e susta os efeitos dos itens 8.32 e 12.2 do Edital nº 2, de 14 maio de 2015, que estabelece regras para o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Distrito Federal para o Quadriênio 2016/2019, ambos editados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA, por exorbitarem do poder regulamentar e extrapolarem os limites estabelecidos na Lei Distrital nº 5.482, de 15 de maio de 2015".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, analisando a constitucionalidade e a admissibilidade, somos favoráveis ao projeto.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo para que a comissão para análise de PELOs fosse votada hoje, tendo em vista que o semestre já acabou, há vários projetos acumulados que envolvem a questão de alteração da Lei Orgânica do Distrito Federal e, daqui a pouco, os membros poderão não estar mais aqui, prejudicando a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato o pedido de V.Exa.

Assim que votarmos no primeiro turno os projetos que foram acordados pelos Líderes, suspenderemos a sessão e faremos a votação da comissão para análise de PELOs.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2015.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para fazer questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, questão de ordem para cumprimento do artigo 199, parágrafo 2º, do Regimento Interno desta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – V.Exa. quer o encaminhamento de Líderes? É porque houve um entendimento da votação desses projetos pelos Líderes lá na Presidência. Mas V.Exa. tem razão.

Solicito aos Líderes que façam o encaminhamento de voto, já que estamos em processo de discussão em turno único.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso para encaminhar a votação.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O Bloco Amor por Brasília encaminha pelo voto “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale para encaminhar a votação pelo Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O Partido dos Trabalhadores vota “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) (Bloco Força do Trabalho. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Pelo Bloco Força do Trabalho, eu também voto favorável.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel ou ao Deputado Joe Valle para encaminhar a votação pelo Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Julio Cesar para encaminhar a votação.

DEPUTADO JULIO CESAR (Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu encaminho “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Todos os Líderes fizeram o encaminhamento pela votação favorável.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em turno único, com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2015, de autoria de vários Deputados, que "susta os efeitos dos artigos 4º e 30 da Resolução nº 72, de 9 de abril de 2015, que dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal, e susta os efeitos dos itens 8.32 e 12.2 do Edital nº 2, de 14 maio de 2015, que estabelece regras para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Distrito Federal para o Quadriênio 2016/2019, ambos editados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA, por exorbitarem do poder regulamentar e extrapolarem os limites estabelecidos na Lei Distrital nº 5.482, de 15 de maio de 2015".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse feita a conferência do *quorum* pelo processo nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	44



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 24/06/2015 19:45

VERIFICAÇÃO DE QUORUM



LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
7ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA – 2015

DEPUTADO(A)	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
AGACIEL MAIA	PTC	X	
BISPO RENATO ANDRADE	PR	X	
CHICO LEITE	PT		X
CHICO VIGILANTE	PT		X
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X	
DR. MICHEL	PP	X	
JOE VALLE	PDT	X	
JUAREZÃO	PRTB	X	
JULIO CESAR	PRB	X	
LILIANE RORIZ	PRTB	X	
LIRA	PHS	X	
LUZIA DE PAULA	PEN	X	
PROF. ISRAEL	PV		X
PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X	
RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X	
RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X
RICARDO VALE	PT	X	
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X	
RODRIGO DELMASSO	PTN	X	
SANDRA FARAJ	SD	X	
TELMA RUFINO	PPL	X	
WASNY DE ROURE	PT	X	
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X	
CELINA LEÃO	PDT		X
T O T A L		19	5

SECRETÁRIO: DEPUTADO JULIO CESAR



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Estão presentes 19 Deputados. Houve 5 ausências. Há, portanto, *quorum* regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 492, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "abre um crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$22.615.331,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e quinze mil, trezentos e trinta e um reais)".

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso para discutir.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só declarar que eu estou em obstrução, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão. Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz para discutir.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também me declaro em obstrução. Que os demais Deputados do bloco me acompanhem.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade para discutir.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também me declaro em obstrução.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para discutir.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo aos colegas. Sei que nós estamos vivendo um momento muito difícil e delicado. Dá para perceber isso pelos pronunciamentos. Mas essa suplementação de crédito vem atender a possibilidade de a Secretaria de Desenvolvimento Social renovar os convênios com várias entidades da sociedade civil que são credenciadas para atender a comunidade. Então, eu peço aos colegas que atentem bem à natureza do projeto, porque a única eventualmente prejudicada é a sociedade.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu quero informar a V.Exa. que, em decorrência da posição de alguns Deputados, mesmo sendo por votação simbólica, eu vou colocar em votação nominal. Trata-se de um projeto que foi discutido na reunião de Líderes. Teria sido acordado para ser votado, porque há pagamento inclusive de algumas unidades que são credenciadas para atender os idosos. Portanto, eu gostaria de fazer a votação pelo processo nominal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Continua em discussão. (Pausa).

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são crianças, idosos. Acho que é importante demonstrar que realmente se trata de um projeto muito importante. O Secretário de Desenvolvimento Social está aqui. Verdadeiramente é para o pagamento dos asilos. Fico imaginando os asilos não terem como pagar... Portanto, faço um apelo aos nobres Deputados. A causa é nobre, é justa. Dentro de tudo aquilo que vem se falando, de que queremos ajudar Brasília, é um bom momento de mostrarmos isso. O pedido não é para o governo e, sim, para os nossos idosos.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Delmasso e Deputado Wellington Luiz, V.Exas. são pessoas sensíveis às questões sociais. Acho que, neste tema, estamos tratando das pessoas mais vulneráveis da sociedade brasiliense, e isso está acima das nossas pendengas e rugas com o Poder Executivo, neste momento. Mesmo que haja *quorum*, é importantíssima a participação de V.Exas. nessa questão. Apelo para a sensibilidade e a compreensão de que isso está acima da disputa política com o Poder Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero corroborar com as palavras do Deputado Prof. Reginaldo Veras e também informar a presença do Secretário de Desenvolvimento Social. Estivemos com a presença aqui, durante toda a tarde – acho que ele já se retirou da Casa –, do Ciro e de uma série de entidades sociais que trabalharam nesse projeto e vieram acompanhá-lo. Portanto, faço mais uma vez, um apelo aos nobres colegas Parlamentares, no sentido de que atentem para o mérito.

Não sou um Deputado que compõe a base de apoio do governo, mas entendo a relevância disso para a cidade. Faço esse pedido a todos os colegas, até em nome da Deputada Luzia de Paula, que, como eu, conversou com o Ciro. Tenham sensibilidade, porque isso vai trazer um enorme prejuízo. Nos próximos dias, encerra-se o prazo, e os convênios terão de ser cancelados.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que a gente tem de fazer valer a nossa reunião no Colégio de Líderes, onde foi combinado que, caso o Governo tirasse o projeto de lei da venda



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

das ações, haveria acordo para a gente votar essa matéria tão importante sobre os créditos, principalmente da questão da (Ininteligível.).

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para discutir. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, quero aqui me somar às palavras do Deputado Wasny de Roure e fazer um apelo ao meu Líder de bloco, essa grande figura humana; ao nosso querido Deputado Bispo Renato Andrade e a todos.

Nós, agora, temos que superar o momento e pensar nas pessoas. Esses líderes vêm, ao longo da sua trajetória, investindo e acreditando no ser humano. Faço esse apelo porque sei que essas pessoas têm somado para essa transformação, e precisamos da renovação desses convênios. Precisamos dar a essas pessoas a oportunidade de continuarem sonhando e a perspectiva dessa renovação.

Meu Líder, faço aqui um apelo do fundo do meu coração. Peço que, neste momento, possamos estar juntos não apenas com o pedido do governo, mas daqueles de quem V.Exa., diuturnamente, está ao lado. Sou testemunha disso.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Regimento Interno desta Casa, no art. 109, § 2º, diz que o Deputado que está em obstrução, encontrando-se no plenário, conta para efeito de *quorum*. Então, o primeiro ponto é que estou no plenário. A minha obstrução aqui foi colocada desde a semana passada. Então, para efeito de *quorum*, o meu voto aqui só está obstruído.

Segundo ponto, como a votação é por maioria simples, se tivermos 13 Deputados no plenário, 7 aprovam. Então, a questão é a seguinte, Deputado Agaciel Maia: não posso voltar atrás em uma palavra que dei a minha base eleitoral, que é quem me trouxe a esta Casa. Ainda mais: não posso aceitar os desmandos que acontecem na Agefis.

Quero deixar bem claro que, se tivermos 13 Deputados no plenário – e eu estou aqui – e 7 votarem a favor, o projeto estará aprovado. A minha obstrução, neste momento, é na votação. Não sairei do plenário para que o *quorum* não caia e o governo possa prosseguir com os projetos.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Informo a V.Exa. que questão de ordem semelhante já foi respondida pela Deputada Celina Leão, na Presidência desta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Como existe dúvida, decidi que, em vez de fazer a votação pelo processo simbólico, vou fazê-la pelo processo nominal. Trata-se da votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 492, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que abre um crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal.

Essa matéria já foi votada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e está pronta para ser votada.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	49



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 24/06/2015

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL



VOTAÇÃO EM: ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL APECIADA EM

☐ PARECER: ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ COMISSÕES: ☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CSEG ☐ CESC

☐ CDESCMAT ☐ MESA DIRETORA ☐ COMISSÃO ESPECIAL ☐ CFGTC

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☒ PROJETO DE LEI Nº(S): 492/2015

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

☐ REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):

☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

☐ VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

☒ AUTORIA: DEPUTADO(A) ☒ Poder Executivo

☐ RELATORIA: DEPUTADO(A)

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR			X			
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT			X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. ISRAEL	PV			X			
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB			X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN					X	
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L		(APROVADO)	13		10		1	

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO JULIO CESAR



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis, 1 obstrução. Houve 10 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 474, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$6.083.750,00 (seis milhões, oitenta e três mil, setecentos e cinquenta reais).

A tramitação está concluída. Foram apresentadas dez emendas de plenário e há um destaque para as Emendas de nºs 139 a 165, 295 e 244. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas.

Eu gostaria de esclarecer aos Deputados que é por esse projeto que estamos cumprindo a exigência e o acordo feitos, pelos quais se abrem as emendas aos novos Parlamentares. Portanto, eu queria lembrar aos nobres Deputados que esse projeto foi uma reivindicação, foi uma inovação iniciada aqui em 2011, quando eu era Presidente da CEOF, que depois foi copiada pelo Congresso Nacional, e novamente estamos trazendo, conforme compromisso, o crédito à emenda, no valor de R\$5.000.037,00 (cinco milhões e trinta e sete mil reais) para cada Parlamentar que está no primeiro mandato.

Este projeto recebeu algumas emendas de plenário.

A Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer sobre essas emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Por considerar que este é um projeto que cumpre a promessa do Governador do Distrito Federal para que os Parlamentares novos possam emendar o orçamento, neste projeto, eu retiro minha obstrução.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	51



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS



Da COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS, sobre as Emendas nº 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 de Plenário, apresentadas ao PL nº 474/2015 que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 6.083.750".

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado AGACIEL MAIA

I – RELATÓRIO

Foram apresentadas as Emendas nº 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, e 10 de Plenário.

A Emenda nº 02, de Plenário, de autoria do Dep. Ricardo Vale, no valor de R\$ 5.030.000,00 substitue as suas emendas de nº 139 a 165 aprovadas na CEOF;

As Emenda nº 03 e nº 04, de Plenário, de autorias do Dep. Wasny de Roure, fazem remanejamentos em suas próprias emendas.

A Emenda nº 05, de Plenário, de autoria do Dep. Rafael Prudente, no valor de R\$ 200.000,00, visa substituir a sua emenda nº 244, anteriormente aprovada na CEOF;

A Emenda nº 06, de Plenário, de autoria do Dep. Dr. Michel, no valor de R\$ 20.000,00 remaneja recursos de suas próprias emendas.

A Emenda nº 07, de Plenário, no valor de R\$ 200.000,00, altera modalidade de aplicação a pedido de sua autora.

As Emendas nº 08 e 09, de Plenário, de autorias do Dep. Professor Israel Batista, fazem remanejamentos de recursos de emendas de suas próprias autorias.

A Emenda nº 10, de Plenário, de autoria do Dep. Cristiano Araújo, no valor de R\$ 800.000,00 visa remanejar recursos de sua própria autoria.

II - PARECER

O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 64, II, "c" atribui a esta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças a competência para analisar a admissibilidade e emitir parecer de sobre a adequação ou repercussão orçamentária e financeira das proposições.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	52



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS**



Tendo em vista que as emendas apresentadas aperfeiçoam e corrigem emendas de seus autores, votamos pela admissibilidade e aprovação das Emendas de Plenário nº 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10.

Sala das Sessões,

Deputado AGACIEL MAIA

Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF

Am
WNR



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Transformo a votação do Projeto de Lei nº 474, de 2015, em votação pelo processo nominal, em decorrência de alguns Deputados estarem em obstrução, para que não haja nenhuma dúvida no final da votação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	54



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 24/06/2015

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL



VOTAÇÃO EM: ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

☐ PARECER: ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO
☐ COMISSÕES: ☐ CCJ ☐ CEOP ☐ CAS ☐ CDDHCDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CSEG ☐ CESC
☐ CDESCTMAT ☐ MESA DIRETORA ☐ COMISSÃO ESPECIAL ☐ CFGTC

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☒ PROJETO DE LEI Nº(S): 474/2015

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

☐ REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):

☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

☐ VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

☒ AUTORIA: DEPUTADO(A) ☐ Poder Executivo

☐ RELATORIA: DEPUTADO(A)

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR			X			
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT			X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. ISRAEL	PV			X			
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L (APROVADO)			15		9			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO JULIO CESAR



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis e 9 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Eu gostaria de avisar aos nobres Deputados que entraram em obstrução que eu tinha feito um acordo, atendendo à solicitação do Deputado Robério Negreiros, segundo o qual, após a votação do item nº 4, que trata de um crédito especial à lei orçamentária, eu faria a votação referente à instalação da comissão especial para análise de PELOs. Portanto, aviso que acatei a solicitação e, se os Deputados membros da comissão especial para análise de PELOs estiverem presentes, farei a votação, conforme solicitação acatada por esta Presidência.

Apresentado pedido de destaque às Emendas nºs 139, 165, 295 e 244.

Passa-se à votação, em separado, das emendas destacadas.

Em discussão as emendas destacadas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que forem contrários às emendas permaneçam como estão; os que aprovam queiram manifestar-se. (Pausa.)

As emendas estão rejeitadas com a presença de 15 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 449, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$10.951.049,00 (dez milhões, novecentos e cinquenta e um mil, quarenta e nove reais.)”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

O Deputado Rodrigo Delmasso estava em obstrução.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este projeto de lei está no acordo de liderança? Ele não está na pauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu acatei a solicitação do Deputado Dr. Michel. Como não houve manifestação contrária dos Líderes, tomei a liberdade de colocá-lo em votação.

Conforme acatado por esta Presidência, quero suspender a sessão por alguns minutos para que possamos fazer a eleição da comissão especial para análise de PELOs, que está se arrastando por muito tempo nesta Casa.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no momento da votação dos projetos em segundo turno, gostaria que fossem votados três projetos em segundo turno: um meu, um de V.Exa. e outro do Deputado Joe Valle.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passaremos à eleição e instalação da comissão especial para análise das propostas de emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal.

Conforme disposto no Ato do Presidente nº 427, de 2015, publicado no Diário da Câmara Legislativa, de 27 de abril de 2015, vamos suspender a presente sessão ordinária para realização da eleição do Presidente e Vice-Presidente da comissão especial para análise de propostas de emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal.

Está suspensa sessão.

(Suspensa às 20h08min, a sessão é reaberta às 20h15min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está reaberta a sessão.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir uma correção da Mesa. O item nº 6 da pauta da Ordem do Dia é o Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2014, e não de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Solicito à Secretaria da Mesa que faça a correção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Fátima Gonçalves Bispo dos Santos”.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Como os itens nºs 5, 6 e 7 são projetos de decreto legislativo – parece que há ainda um acatamento de solicitação de inclusão do projeto nº 1.643, que também é PDL –, por que nós não os votamos em bloco? Seria interessante até mesmo pela questão do tempo, se houver acordo, lógico.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Luzia de Paula, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita o parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

PARECER Nº , DE 2015

**Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS,
sobre o PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 13, DE 2015, que
"concede título de cidadã honorária à
Senhora Fátima Gonçalves Bispo dos
Santos."**

**AUTOR: Deputado WASNY DE ROURE
RELATOR: Deputado PROFESSOR
ISRAEL**

I — RELATÓRIO

Chega à Comissão de Assuntos Sociais, para o devido exame de mérito, o Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2015, de autoria do ilustre Deputado Wasny de Roure, cuja finalidade é a concessão do título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Fátima Gonçalves Bispo dos Santos.

Para justificar a apresentação da proposta, o autor destaca que a homenageada é professora com vários cursos de especialização na área educacional, duas pós-graduações na área de Psicopedagogia e Gestão Escolar. Foi professora nas áreas de educação infantil, ensino regular, ensino especial e da educação de jovens e adultos. Em 2010, inaugurou o Centro de Ensino Fundamental Dra. Zilda Arns, em Itapoã, onde foi gestora por 4 anos e envolveu toda a comunidade nas realizações das atividades escolares. Na ocasião, foram desenvolvidos diversos programas, dentre os quais podemos destacar o Esporte à Meia Noite, Escola Aberta e Educação Integral.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

Por isso, o autor conclama os demais parlamentares a aprovarem a proposição, em razão dos relevantes serviços prestados pela homenageada à sociedade do Distrito Federal.

É o relatório.

II — VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 65, inciso I, alínea L, do Regimento Interno da Câmara Legislativa, cabe à Comissão de Assuntos Sociais analisar e emitir parecer sobre o mérito das proposições que tratem da concessão de título de cidadão honorário.

Do que o autor relata na justificação do projeto, entendemos que a Senhora Fátima Gonçalves Bispo dos Santos, por seu trabalho em defesa da comunidade escolar, é mais que merecedora da homenagem proposta, cabendo a esta Casa reconhecer seus méritos, outorgando-lhe o título de Cidadã Honorária de Brasília.

Portanto, no âmbito das competências regimentais da Comissão de Assuntos Sociais, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2015.

Sala das Comissões,


Deputada Luzia de Paula
Presidente


Deputado PROFESSOR ISRAEL
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao professor Wilson Conciani”. (Pausa.)

(Intervenções fora do microfone.)

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que indique relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei nº 13, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “concede título de cidadã honorária de Brasília à senhora Fátima Gonçalves Bispo dos Santos”.

Sr. Presidente, o projeto de decreto legislativo atende todos os requisitos da Resolução nº 250, não encontrando nenhum obstáculo à sua aprovação.

Assim, no âmbito da CCJ, manifestamo-nos pela admissibilidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2015. Esse é o voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 13 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2015, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	62



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 24/06/2015

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL



VOTAÇÃO EM: ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO

☒ REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM 24/06/2014

☐ PARECER: ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO
☐ COMISSÕES: ☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CSEG ☐ CESC
☐ CDESCTMAT ☐ MESA DIRETORA ☐ COMISSÃO ESPECIAL ☐ CFGTC

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): _____

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): _____

☐ PROJETO DE LEI Nº(S): _____

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____

☐ REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____

☒ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): 13/2015

☐ VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

☒ AUTORIA: DEPUTADO(A) WASNY DE ROURE ☐ Poder Executivo

☐ RELATORIA: DEPUTADO(A) _____

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT			X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. ISRAEL	PV			X			
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB			X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L			16		8			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para informar que a Presidente desta Casa, Deputada Celina Leão, está ausente porque se encontra no Ministério Público do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço a V.Exa. o comunicado.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2015, de autoria do Deputado Dr. Michel, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Paulo Henrique Ramos Feitosa".

A CAS e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2014, de autoria do Deputado Dr. Michel, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Paulo Henrique Ramos Feitosa".

Sr. Presidente, do que o autor relata na justificação do projeto, entendemos que o Sr. Paulo Henrique Ramos Feitosa é merecedor do título.

No âmbito da CAS, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para pedir para a Relatora, Deputada Luzia de Paula... S.Exa. relatou o item nº 7, e o item nº 7 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 286.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – ... de 2014, de autoria do Deputado Dr. Michel, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Paulo Henrique Ramos Feitosa".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, mais uma vez, somos pela aprovação do referido projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu gostaria de fazer uma retificação. Nós pulamos o item nº 6. Foi lido o item nº 7, quando estamos fazendo o item nº 6. É apenas uma correção.

Acho que o pessoal está um pouco cansado.

Item nº 6:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao professor Wilson Conciani".

Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Deputada Luzia de Paula, V.Exa. deu parecer da CAS?

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – O meu parecer foi sobre o item nº 7, que foi lido por V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Então retorno a palavra a V.Exa. para emitir o parecer sobre o item nº 6. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao professor Wilson Conciani".

Sr. Presidente, do que o autor relata na justificação do projeto, entendemos que o Professor Wilson Conciani, por seu trabalho em defesa da educação, é mais do que merecedor da homenagem proposta, cabendo a esta Casa reconhecer seus méritos, outorgando-lhe o título de Cidadão Honorário de Brasília.

Portanto, no âmbito da competência regimental da Comissão de Assuntos Sociais, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma correção em relação ao ano. É o ano de 2014, não 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a questão de ordem de V.Exa. e faço a correção. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2014, que teve parecer favorável da CAS emitido pela nobre Deputada Luzia de Paula e que está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Eu gostaria só de confirmar o número do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2014.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2014, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao professor Wilson Conciani”.

Sr. Presidente, o projeto de decreto legislativo atende a todos os requisitos da Resolução nº 250. Não encontramos nenhum obstáculo à sua aprovação. Assim, nos manifestamos pela admissibilidade do PDL nº 272, de 2014, no âmbito da CCJ.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2014, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	66



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 24/06/2015

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL



VOTAÇÃO EM: ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO

☒ REDAÇÃO FINAL APROCIADA EM 24/06/2014

☐ PARECER: ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO
☐ COMISSÕES: ☐ CCJ ☐ CEF ☐ CAS ☐ CDDHCDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CSEG ☐ CESC
☐ CDESCTMAT ☐ MESA DIRETORA ☐ COMISSÃO ESPECIAL ☐ CFGTC

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): _____

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): _____

☐ PROJETO DE LEI Nº(S): _____

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____

☐ REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____

☒ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): 272/2014

☐ VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

☒ AUTORIA: DEPUTADO(A) WASNY DE ROURE ☐ Poder Executivo

☐ RELATORIA: DEPUTADO(A) _____

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT			X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB			X			
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. ISRAEL	PV			X			
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB			X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L			15		9			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO JULIO CESAR



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado em turno único.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais dos Projetos de Decreto Legislativos nº 13, de 2015, e nº 272, de 2014.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília a senhora Fátima Gonçalves Bispo dos Santos".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2014, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao professor Wilson Conciani".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2014, de autoria do Deputado Dr. Michel, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Paulo Henrique Ramos Feitosa".

Aprovado parecer favorável da CAS. A CCJ deverá manifestar-se sobre o projeto.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, designo o Deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Robério Negreiros, para emitir parecer sobre a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2014, de autoria do Deputado Dr. Michel, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Paulo Henrique Ramos Feitosa”.

Sr. Presidente, o meu voto é pela admissibilidade da matéria, por não haver afronta à Lei Orgânica nem infringir as regras impostas por esta Casa.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer favorável do Relator da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2014, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	69



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 24/06/2015

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL



VOTAÇÃO EM: ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO

☒ REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM 24/06/2015

☐ PARECER: ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO
☐ COMISSÕES: ☐ CCJ ☐ CEOP ☐ CAS ☐ CDDHCDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CSEG ☐ CESC
☐ CDESCTMAT ☐ MESA DIRETORA ☐ COMISSÃO ESPECIAL ☐ CFGTC

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): _____

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): _____

☐ PROJETO DE LEI Nº(S): _____

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____

☐ REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____

☒ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): 286/2014

☐ VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

☒ AUTORIA: DEPUTADO(A) DR. MICHEL ☐ Poder Executivo

☐ RELATORIA: DEPUTADO(A) _____

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT			X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB			X			
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. ISRAEL	PV			X			
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB			X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAÍ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L			15		9			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO JULIO CESAR



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2014, de autoria do Deputado Dr. Michel, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Paulo Henrique Ramos Feitosa".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria que fosse dada como lida e aprovada a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2015, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Apesar de a assessoria ter dito que já foi feito isso, acato a solicitação de V.Exa. e dou como lida e aprovada a redação final do projeto.

Item nº 8:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2013, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "concede título de Cidadã Honorária de Brasília à senhora Maria Rita Chaul".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	72



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 24/06/2015

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL



VOTAÇÃO EM: ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO

☒ REDAÇÃO FINAL APROCIADA EM 24/06/2015

☐ PARECER: ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO
☐ COMISSÕES: ☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CSEG ☐ CESC
☐ CDECTMAT ☐ MESA DIRETORA ☐ COMISSÃO ESPECIAL ☐ CFGTC

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): _____

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): _____

☐ PROJETO DE LEI Nº(S): _____

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____

☐ REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____

☒ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): 243/2013

☐ VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

☒ AUTORIA: DEPUTADO(A) LILIANE RORIZ ☐ Poder Executivo

☐ RELATORIA: DEPUTADO(A) _____

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT			X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB			X			
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. ISRAEL	PV			X			
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB			X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L			15		9			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2013, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “concede título de Cidadã Honorária de Brasília à senhora Maria Rita Chaul”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item nº 107:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.375, de 2013, de autoria do Deputado Joe Valle, que “dispõe sobre a afixação de advertência acerca da obesidade infantil em restaurantes, lanchonetes e similares no Distrito Federal”.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.375, de 2013. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Item nº 108:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 874, de 2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia do Bombeiro Civil e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	74

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 874, de 2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia do Bombeiro Civil e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Item nº 109:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 70, de 2015, de autoria do Deputado Júlio Cesar, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia das Artes Marciais”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	75

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 70, de 2015, de autoria do Deputado Júlio Cesar, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia das Artes Marciais”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 110:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 88, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de órgãos e entidades públicas do Distrito Federal a inserir em seus sítios eletrônicos fotos de pessoas desaparecidas”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	76

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 88, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de órgãos e entidades públicas do Distrito Federal a inserir em seus sítios eletrônicos fotos de pessoas desaparecidas”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 112:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 102, de 2015, de autoria do Deputado Juarezão, que “dispõe sobre a aplicação em Brazlândia de 5% (cinco por cento) dos recursos derivados da captação de água para o sistema de abastecimento público do Distrito Federal de que trata a Lei nº 2.430, de 31 de agosto de 1999”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final “dispõe sobre a aplicação em Brazlândia de 5% (cinco por cento) dos recursos derivados da captação de água para o sistema de abastecimento público do Distrito Federal de que trata a Lei nº 2.430, de 31 de agosto de 1999”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2015	17h25min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	77

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

O pessoal está reclamando do horário. Então, a Presidência acata a decisão do Plenário e convoca as Sras. e os Srs. Deputados para sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação de três itens em segundo turno. São projetos de crédito suplementar e crédito especial: Projeto de Lei nº 492, de 2015, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 474, de 2015, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 449, de 2015, de autoria do Poder Executivo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20h46min.)